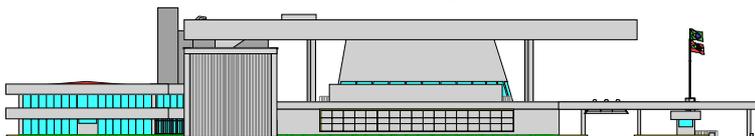


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE MARÇO DE 2013

NÚMERO 6.526

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
José Nei A. Ascarí
José Milton Scheffer
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Gelson Merisio
Angela Albino
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente
Valmir Comin
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Jorge Teixeira
Angela Albino
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 014ª Sessão Ordinária realizada em 12/03/2013.....2 Ata da 004ª Sessão Especial realizada em 12/03/2013.....13</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes.....18 Avisos de Publicação.....19 Portarias.....20 Projetos de Lei.....20 Redações Finais.....23 Requerimento.....24</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à duplicação da BR-101 no Morro dos Cavalos.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Critica a situação dos hospitais do estado.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se a respeito do magistério público estadual catarinense.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra que Dilma Rousseff fez grandes declarações no Dia Internacional da Mulher.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Homenageia as mulheres; reporta-se às áreas indígenas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pede mais atenção do governo para com Joinville.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à demarcação de terras indígenas.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Manifesta-se a respeito da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense; defende o aumento do teto financeiro repassado a Santa Catarina pelo SUS.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra o movimento de Maciambu com relação à portaria do ministério da Justiça.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Diz da necessidade de mais atenção à infraestrutura dos municípios.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra a importância das Clínicas Integradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.
(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Solicito à assessoria que

proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência gostaria de registrar o retorno, depois de reabilitados, tendo em vista uma cirurgia médica, dos srs. deputados Narcizo Parisotto e Altair Guidi.

Sejam bem-vindos a esta Casa novamente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, em primeiro lugar, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do meu amigo, secretário de Cultura, Lazer e Turismo de São Miguel d'Oeste, Elias Araújo; e do secretário dos Esportes, Everaldo Di Berti.

Sejam bem-vindos!
O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Agora, sim, com a palavra, o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de

cumprimentar os demais colegas deputados, aqueles que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Aleisc Digital e aqueles que estão aqui presente nesta tarde de terça-feira, especialmente os moradores da região do Morro dos Cavalos que estão aqui em protesto na tarde de hoje, tema o qual pretendemos falar em seguida.

O assunto deste primeiro pronunciamento da semana é a cidade de Palhoça, e também porque estão aqui hoje e mais pela notícia nos meios de comunicação do último final de semana.

Creio que todo mundo acompanhou pela imprensa ou pelas chamadas redes sociais, a *Internet*, o episódio da festa que a prefeitura municipal de Palhoça, comandada pelo vereador Pitanta, empossado prefeito até que a Justiça decida o futuro da administração municipal - ele foi eleito no começo do ano presidente da Câmara Municipal -, fez para comemorar o Dia Internacional da Mulher e para homenagear as mulheres.

Na quinta-feira da semana passada ele fez uma festa que custou aos cofres públicos R\$ 7.500,00. Tudo corria bem, ao que consta, até o momento em que um jovem do sexo masculino apareceu na festa vestindo apenas uma sunga e passou a dançar entre as convidadas da festa, a maioria delas funcionárias públicas do município, em gestos sensuais, para usar uma palavra possível nesta tribuna, e exibindo uma revista dirigida ao público feminino, cujo interior da revista - e esse rapaz estava na capa da revista - havia fotos de ser humano do sexo masculino nu. E aí é evidente que isso causou uma comoção já na festa e parte das convidadas, das homenageadas, foram embora.

Agora todo mundo se livra. O prefeito diz que não tem nada com isso e esse artista, pois é assim que quer ser chamado - ele não quer ser chamado de *gogo boy* - e eu nem sabia que existia essa expressão e para o que ela servia, até que recebi uma mensagem de uma moradora de Palhoça já na última sexta-feira -, diz que não recebeu nada, que não foi contratado e que apareceu lá para promover a revista.

A festa foi organizada e patrocinada pela prefeitura de Palhoça. E possivelmente o prefeito Nirdo Artur Luz, conhecido como Pitanta, conhece o ditado de que quem paga a festa escolhe a banda. Nesse caso, não foi exatamente a banda que escolheu, escolheu o modelo que ia se apresentar.

Não se trata de pretensão moralista, deputado Kennedy Nunes, mas não dá para aceitar o argumento do prefeito em exercício de que é picuinha política, porque só algumas não gostaram, ou parte das mulheres gostou, e agora querem me prejudicar política mente.

Ainda bem que parte das mulheres de Palhoça não gostou do nível da festa. E repito que não se trata de nenhuma forma de moralismo e sim de compreender que o ser humano não deveria ser usado como objeto de desejo de qualquer outra pessoa, seja do sexo masculino ou do sexo feminino. Ou não causaria espanto uma festa para os funcionários homens da prefeitura de Palhoça, onde aparecesse uma ou algumas mulheres seminuas dançando sobre as mesas.

Então, é preciso que refletissem sobre isso e se essa é a homenagem que as mulheres de Palhoça recebem, merecem, se esse é o nível que o poder público municipal, o nível, vamos dizer assim, humanitário, civilizatório, que o poder público de Palhoça tem para homenagear as mulheres de Palhoça. E aí fico me perguntando: se essa é uma homenagem, o que farão no dia em que quiserem sacanear as mulheres de Palhoça?

Então, é preciso fazer esse registro, porque me espantou. Inclusive, pessoas conhecidas que moram na Palhoça... A minha filha mora na Palhoça e contactou-me logo em seguida, apavorada com a situação.

Estou fazendo o registro de que é preciso que não se cometam alguns absurdos na administração pública. E esse é um deles.

A preferência individual e privada de cada pessoa, o que ela quer fazer entre quatro paredes e com quem quiser, interessa a cada uma dessas pessoas, do meu ponto de vista. O meu ponto de vista é que entre quatro paredes cada um resolve como vai administrar a sua vida, os seus desejos, as suas manias, ou até as suas taras, desde que não cometa crimes ou não prejudique outras pessoas. Agora, uma festa pública, com dinheiro público, com esse tipo de coisa, é uma barbaridade! E eu não poderia passar a primeira sessão depois desse episódio sem fazer esse registro.

Quero, enfim, continuando, discutindo problemas do município de Palhoça, do qual sou cidadão honorário, o que muito me honra, concedido pela Câmara Municipal, dizer que a questão que traz essas pessoas da cidade de Palhoça e região do Morro dos Cavalos, Maciambu, Araçatuba, é a duplicação da BR-101 que continua atrasada. E pelas medidas que estão sendo tomadas parece que vão continuar atrasando, assim como a Ponte da Cabeçada, na cidade de Laguna.

Vou investigar melhor isso para falar com mais propriedade, pois parece que na república das empreiteiras os poderes públicos estão subordinados à vontade de alguns de fazer uma obra cada vez maior e mais espetacular para ganhar mais dinheiro - talvez para crescer outros rendimentos que por questão de prudência é melhor não falar agora.

Não tenho absolutamente nada e não falaria nada, jamais, nesta tribuna ou em nenhum outro lugar contra os indígenas do Morro dos Cavalos ou de qualquer parte do mundo. Li tudo que me chegou às mãos a respeito desse problema de 60 famílias, 70 famílias que serão prejudicadas. Inclusive, parte delas terá segundo aqui informa que sair de suas terras, de suas localidades, em virtude de uma nova ocupação indígena no Morro dos Cavalos. Ocupação esta que já não existia mais, porque pelo que me consta os índios que estavam lá há algumas décadas tinham sido transferidos, inclusive por consenso, se não estou enganado. Mas novos indígenas chegaram. Mas não vou nem discutir se vieram do Paraguai ou se nunca estiveram ali, se seus antecedentes estiveram, porque com certeza índio não criou nenhuma fronteira. Isso foi criado pelos brancos.

O fato de ter organizações não governamentais, entidades privadas, talvez, e precisamos estudar, analisar e investigar melhor, financiadas por empreiteiras que não querem simplesmente duplicar a BR-101 no Morro dos Cavalos mas, sim, construir dois túneis, e também, repito, vou estudar melhor essa situação, mais a fundo, fazendo com que crie uma comoção social e o prejuízo histórico para dezenas de famílias da região...

O que seria melhor ainda é que a Funai tivesse que fazer o contrário, ou seja, analisar se famílias indígenas não estão sendo usadas para interesses escusos por parte de sanguessugas de dinheiro público, que se aproveitam inclusive da fragilidade das pessoas pobres para arrumar a forma de valorizar mais o seu negócio.

Parabenizo as organizações populares legítimas da região do Morro dos Cavalos, dizendo que não falaria jamais contra os indígenas, mas que é preciso essa unidade da comunidade inclusive com os indígenas para

discutir uma solução e dar para o governo federal, porque já que as autoridades (talvez cada uma com interesse mais difuso, disperso e talvez até nem muito legítimo) não conseguem se entender sobre o que precisa ser feito na região do Morro dos Cavalos, talvez se as comunidades junto com os indígenas se reunirem consigam chegar a uma solução mais rápida e apresentar para o governo.

Muito obrigado!

(Sem REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar todos que nos assistem pela TVAL, todos que estão visitando a nossa Casa, especialmente todos aqui que são do movimento contra a demarcação de terras indígenas no Morro dos Cavalos, que desde a semana passada já estiveram em contato com os deputados querendo nada mais do que justiça. Então, tem todo o nosso apoio.

O meu pronunciamento hoje é sobre a saúde. Também quero agradecer aos meus colegas que me reconduziram à Presidência da comissão de Saúde desta Casa. Existe uma série de temas importantes para o nosso estado que vamos abordar. Nos dois anos que se passaram corremos todo o estado e fizemos um diagnóstico da situação da saúde em Santa Catarina. E agora precisamos nos debruçar sobre os pontos principais para resolver a situação da saúde.

O governo do estado de Santa Catarina precisa definir a sua política de resolução, de solução para os graves problemas que afetam a saúde do povo catarinense. A situação dos nossos hospitais, deputada Ana Paula Lima, e estamos com muitos problemas em aberto, pouca coisa foi resolvida nesses dois anos.

O governo do estado precisa dizer a que veio para a saúde, que foi assumida pelo governador em campanha como prioridade, aliás, uma prioridade que o governador declarou sendo um, dois e três. Mas até agora pouca coisa foi feita de verdade.

Amanhã, devo acompanhar a Frente Parlamentar Catarinense em uma audiência em Brasília, provavelmente, pois a nossa bancada foi convidada para uma importante reunião no ministério da Saúde, para tratarmos da defasagem do teto da união para Santa Catarina, o per capita que é pago entre Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, para corrigir uma das maiores injustiças do governo federal com o estado, no SUS.

Enquanto isso, vamos abraçando cada um desses pontos. E quero me referir a um problema, em parte poderia ser específico da cidade de Itajaí, da região da Amfri, que congrega 11 municípios, mas que na verdade é um problema do estado de Santa Catarina, porque o hospital infantil que eu quero falar, o Hospital Universitário Pequeno Anjo, de Itajaí, é um hospital pediátrico regional que além de atender à região - uma região de muitos balneários, uma região turística -, para ali demandam turistas e catarinenses de todas as regiões do estado e do Brasil.

Poderemos dizer que um hospital infantil como o nosso de Itajaí é um hospital que vai muito além da representação da região, muito além de representação apenas de Itajaí.

Por isso, há dez anos ele foi assumido pela Universidade do Vale do Itajaí, Univali. Era de um grupo privado, que atendia pelo SUS, em crises sucessivas.

Depois de passar por um período intermediário de uma gestão com a prefeitura

municipal, ele foi assumido pela Univali. Nesses dez anos acumulou 37 milhões de dívidas, absorvidas pela universidade. São 600 mil, 700 mil por mês de déficit. Mas, além de uma assistência regional, é um hospital universitário. Ele forma recursos humanos na saúde, forma, inclusive, médicos pediatras, porque tem residência médica em Pediatria, uma das especialidades que está mais em falta no Brasil, em Santa Catarina.

Andamos por todo o estado, e não há mais pediatras, ninguém mais quer fazer Pediatria. Eu sou médico pediatra e sei, nos contatos todos pelo estado, como há falta de médicos pediatras pelo estado. E esse hospital infantil de Itajaí, como hospital universitário, inclusive oferece residência médica em Pediatria. Portanto, é uma raridade!

O governo do estado tem que abraçar um hospital como esse. E a conta desse hospital não pode ficar só com a universidade que não dá conta. As contas da manutenção de um hospital como esse são muito altas. É um hospital regional com a característica, inclusive, de formar pediatras.

O governo do estado precisa definir uma política estadual para amparar os hospitais do estado, que estão indo à falência, que estão em dificuldades, que têm problemas, como o Hospital Infantil Pequeno Anjo, de Itajaí.

Além do mais, entendo também que esse hospital tem que ser amparado pelos municípios da região, porque se os municípios todos da região se referenciam nesse hospital para atender às crianças das suas cidades, os municípios também têm que se cotizar, num critério justo per capita, para ajudar o hospital.

Sei que os municípios estão em dificuldades, já aplicam tudo que podem na saúde, mas aqui é uma situação emergencial, cujo clamor os municípios também tem que ouvir.

Por isso, mandei carta para todos os prefeitos da Amfri, para todos os secretários municipais de Saúde da Amfri, mandei carta ao governador do estado, para que possam assumir e compartilhar essa responsabilidade. Mandei carta também ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Mandei também ao ministro da Educação, por quê? Ora, se é um hospital escola, se é um hospital universitário, forma recursos humanos, forma pediatras, então, por que o ministério da Educação também não vai ter uma cota de responsabilidade? Por que o ministério da Saúde também não vai ter uma cota de responsabilidade?

Então, estamos fazendo essa interlocução! Precisamos que haja esse tipo de solução compartilhada entre a Universidade do Vale de Itajaí que detém esse patrimônio hoje e está dentro do seu conjunto de instituição como o Hospital Universitário.

Precisamos que o município de Itajaí, como município sede desse hospital, dê uma atenção mais especial. Hoje o município de Itajaí passa R\$ 82 mil por mês, mas acho que pode melhorar essa colaboração para o hospital infantil que é tão importante para a cidade de Itajaí, para as nossas crianças, para os prefeitos da Amfri, da mesma forma para o governador, também para os ministérios da Educação e da Saúde.

Por isso, é uma solução que exige um somatório de esforços, que exige uma solução compartilhada de esforços, e se assim houver vontade política, é possível resolver, senão o hospital vai diminuindo cada vez mais seu atendimento como está acontecendo, ou seja, ao invés de melhorar, porque já estava prestes inclusive a implantar o atendimento de alta complexidade em Pediatria, para ampliar alta complexidade em Neurocirurgia, em cirurgia cardíaca, em cirurgia de Oncologia, em

Ortopedia, refluí para o atendimento mais elementar, de portas fechadas.

Então, não é possível que isso continue assim na minha região de Itajaí, pois já temos problema em Balneário Camboriú, onde o Hospital Santa Inês está há mais de um ano fechado. É um absurdo! Só na área pediátrica há 20 leitos de UTI Pediátrica, de UTI Neonatal faltam leitos em todo o estado. Está lá um hospital fechado! É inconcebível admitir que o governo do estado não compartilhe uma solução para uma situação como essa.

Também em Balneário Camboriú está o Hospital Municipal Ruth Cardoso com os dias contados. O prefeito municipal já esteve na secretaria municipal e deu um prazo de 90 dias para entregar definitivamente o hospital, porque o município não tem mais como assumir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Concedo-lhe mais 30 segundos, para concluir, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Por isso volto a conclamar: o governo do estado precisa ter uma política estadual clara não só de investimento, mas também de custeio dos nossos hospitais por todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Esta Presidência registra a presença do ex-deputado e prefeito eleito de Balneário Rincão, Décio Góes.

Desejamos-lhe boas-vindas, Décio Góes. Esta Casa com certeza estará sempre à sua disposição como também do povo de Balneário Rincão.

O deputado Kennedy Nunes relembra aqui que Décio Góes foi reeleito juntamente com seu parceiro de chapa, o vice-prefeito Olírio José Lino.

Sejam bem-vindos!

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os deputados, as deputadas e todos os que acompanham esta sessão.

Quero dizer que vamos nos manifestar com relação à luta justa de todos vocês no sentido de apoiar essa reivindicação, e também contribuir para que tenhamos uma solução adequada a todos.

Também quero cumprimentar o prefeito Décio e o Lino e dizer que no dia 21 de março esperamos que os dois sejam finalmente empossados e possam começar a governar Balneário Rincão como o povo escolheu.

Mas quero manifestar-me neste dia sobre um projeto de suma importância que já é objeto de discussão desde 2011, referente à categoria do magistério público estadual catarinense.

(Passa a ler.)

"O Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013 hoje pela manhã votado na CCJ não atende as expectativas os direitos da categoria do magistério. Após a greve de 60 dias em 2011, foi criado um grupo de estudos com a responsabilidade de no máximo 120 dias, prorrogável por mais 60, para discutir a descompactação da tabela da carreira do magistério a partir de janeiro de 2012.

Porém mesmo com a conclusão dos estudos por parte desse grupo nada foi encaminhado. Em 2012, após a greve, foi criada uma comissão para discutir o mesmo assunto e por vários motivos também não se chegou a nenhuma conclusão.

O governo também se comprometeu em reajustar o valor do Piso Nacional do

Magistério na carreira de acordo com o disposto na Lei 11.738/2008. Após um ano e meio de espera, o governo apresenta uma proposta que não atende as reivindicações da categoria e nem preserva seus direitos, pois o achatamento da tabela continua sem aplicar os reajustes do Piso na carreira. Os índices apresentados são insuficientes para contemplar os reajustes garantidos pela lei do piso. Ou seja, desde os professores que entram com magistério e terminam a carreira após 30 anos de dedicação com mestrado, doutorado e especialização. Há um piso que passou de R\$ 1.451,00 para R\$ 1.567,00.

Portanto o governo deve ao magistério catarinense 14% de aumento a 2012, referente à negociação do não passado. O reajuste de 2013 deve ser retroativo ao mês de janeiro deste ano. A valorização da carreira do magistério e a descompactação da tabela ainda não estão incluídas nesse projeto de lei que está tramitando nesta Casa."

O que defendo como professora e deputada estadual? Que o governo do estado apresente os critérios a serem utilizados para a progressão funcional na nova tabela. Para que todos possam entender, progressão funcional é quando o professor entra via concurso público e fica se dedicando, faz cursos ao longo do tempo até a aposentadoria vai progredindo na carreira.

Por isso, precisamos discutir qual é o percentual entre magistério, licenciatura plena, especialização, mestrado e doutorado. Porque as diretrizes do ministério da Educação preconizam que entre o nível de magistério e licenciatura dos professores deve haver uma diferença de 50%, e nesse projeto não passa de 15%.

Temos outro problema a enfrentar: o problema dos ACTs. No ano passado o governo do estado fez um concurso público aos professores, criou uma expectativa toda de oferta de novas vagas. Foram 12 mil professores ACTs admitidos em caráter temporário, que ao final do ano viram boas-frias, não sabem em qual escola vão trabalhar no ano seguinte. Pois bem, dessas 12 mil vagas, apenas 1.661 professores foram efetivados.

É uma vergonha! Mais de dez mil professores continuam sendo tratados como boas-frias na educação em Santa Catarina.

Por isso, precisamos ampliar o número de vagas do concurso e fazer já, de imediato, a segunda chamada. Também temos que aplicar um terço da hora-atividade para todos os educadores, criar uma política de formação continuada aos professores, não dá para admitir que um professor fique um, dois, cinco anos, e o estado que é responsável pela gestão da educação não tenha uma política de formação continuada ao longo desses anos e dentro da carga horária do professor.

O que a secretaria da Educação está fazendo para diminuir os investimentos em educação? Está superlotando as turmas de alunos para que com isso se contratem menos professores. Então, temos um aumento no número de alunos por turma.

Outro problema enfrentado. Os alunos estão indo para outras escolas para atender a essa demanda de aumentar o número de alunos por turma, e para isso precisa de transporte escolar, deputado Kennedy Nunes. E quem é que paga a conta do transporte escolar dos alunos da rede estadual? Os municípios, os prefeitos é que pagam essa conta, enquanto que o gestor estadual fica com o dinheiro da matrícula dos alunos da rede estadual.

Outro aspecto muito importante que já foi objeto de denúncia desta tribuna é a

situação física das escolas da rede estadual. Confesso que estou extremamente perplexa com o que a comissão de Educação, Cultura e Desporto presenciou nas suas visitas em todas as regiões. Nós temos 65 escolas visitadas, e esse trabalho que a referida comissão começou no ano passado terá que ser um trabalho permanente, dado ao número grande de escolas em situações precárias.

Vamos fazer, hoje, a denúncia ao Ministério Público entregando todas as fotografias e dossiês dessas escolas estaduais. E, srs. deputados, nenhuma região está privilegiada, em todas as regiões, totalmente, tem problemas nas estruturas físicas das escolas.

Também outro problema encontrado com relação não apenas ao número de ACTs, à estrutura física, à formação, é o processo todo de discussão que precisamos fazer com relação à gestão democrática da educação. Não podemos admitir que em 2013 ainda tenhamos diretores de escolas sendo indicados de acordo com a ficha partidária.

Então, quero dizer com isso que todos esses temas iremos debater. E também anuncio que já fizemos a primeira reunião da comissão de Educação, Cultura e Desporto, e assumo como vice-presidente os grandes desafios em debater a educação no estado de Santa Catarina.

Por último também, sr. presidente, deixo aqui o nosso apoio a esse movimento que os bombeiros estão fazendo junto a uma audiência em Brasília, no dia de amanhã, para tratar com o ministro Luiz Fux a situação e o papel que cabe a eles, do ponto de vista da garantia da segurança das estruturas todas, dos equipamentos públicos, das estruturas privadas de atendimento nos municípios.

Portanto, deixamos o nosso apoio a essa pauta que é de uma frente de deputados, e esperamos chegar a um bom entendimento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra com muita alegria a presença do vereador Clésio de Oliveira Souza, do município de Orleans, e do prefeito interino, em exercício, Pitanta, do município de Palhoça.

Desejamos boas-vindas aos moradores de Enseada do Brito, Araçatuba, Morro dos Cavalos e rio Maciambu, que se fazem presentes nesta sessão.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Cumprimento a minha colega deputada Luciane Carminatti e os demais parlamentares. E quero dar um cumprimento especial à comunidade que se faz presente nesta sessão ordinária, que terão um tempo, sr. presidente, durante a suspensão desta sessão, para fazerem suas manifestações. São pessoas que vieram da comunidade da Enseada do Brito e demais comunidades, para falarem sobre a demarcação das terras indígenas. Tenho certeza de que os demais parlamentares desta Casa tomarão conhecimento através da manifestação de um senhor ou de uma senhora.

Vim aqui, sr. presidente, falar sobre o pronunciamento que fez a presidente Dilma Rousseff, na semana passada, no Dia Internacional da Mulher. Antes, porém, quero dizer que lamento o acontecido que ainda está nas redes nacionais sobre uma festa duvidosa para as mulheres, promovida pelo município de Palhoça.

As mulheres não querem isso. As mulheres querem a garantia dos seus direitos,

as mulheres quem o combate à violência, as mulheres querem respeito.

Lamentavelmente isso está acontecendo e aconteceu nesse município. Espero que a administração reveja seus conceitos e que dê para as suas funcionárias públicas municipais outros direitos que tenho certeza que elas querem.

Mas diferente do que aconteceu em Palhoça a nossa presidente Dilma Rousseff fez grandes declarações no Dia Internacional da Mulher.

(Passa a ler.)

"A presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento histórico à nação. Um pronunciamento em defesa das mulheres brasileiras e ao mesmo tempo anunciou a desoneração da cesta básica. Dilma Rousseff afirmou que todos os produtos da cesta básica estarão livres do pagamento de impostos federais. A presidente disse esperar que a medida estimule a agricultura, a indústria e o comércio e gere mais empregos."

Solicito à assessoria que apresente uma pequena parte de um vídeo do pronunciamento da nossa presidente Dilma Rousseff.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Continua lendo.)

"Sra. deputada, srs. parlamentares, considero esse anúncio um dos mais importantes realizados pela presidente Dilma Rousseff.

Os produtos da cesta básica não terão mais nenhum imposto federal. Ela vai priorizar dessa forma a alimentação da população brasileira.

Entendo perfeitamente os motivos, deputado Dirceu Dresch, que fizeram a nossa presidente Dilma Rousseff, anunciar essa medida no Dia Internacional da Mulher, a desoneração dos produtos da cesta básica. Ela sabe a determinação das mulheres na busca da garantia de uma alimentação saudável para os seus filhos, da luta diária das mulheres."

Quero aqui, em nome do Parlamento catarinense, agradecer mais uma vez a coragem dessa grande mulher, da presidente Dilma Rousseff, agradecer também o empenho, a coragem, a determinação em melhorar a cada dia a vida do povo brasileiro.

(Continua lendo.)

"Olhem bem as últimas ações, sras. deputadas, srs. deputados, do governo federal, que melhoraram de fato a vida de todos nós: redução dos juros bancários, que antes anunciavam, mas não acontecia, redução da energia elétrica, que já é um fato, e agora a redução dos impostos da cesta básica.

Todas essas ações diminuem os gastos dos trabalhadores e das trabalhadoras e permitem que as famílias planejem novos investimentos, como bem frisou a presidente.

Com a redução da energia elétrica, a fatura deste mês já veio com 18% de desconto, e com a redução dos impostos da cesta básica, as famílias brasileiras têm mais recursos para melhorar a sua qualidade de vida.

Agora fica o nosso desafio de fiscalizar os empresários e comerciantes para que as reduções dos impostos, de fato, cheguem à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Mais uma vez estamos fazendo aqui um contraponto com o governo estadual. Enquanto o governo federal reduz impostos, o nosso governo de Santa Catarina insiste sistematicamente, srs. parlamentares, no aumento dos impostos para os pequenos e microempresários do nosso estado, através do decreto n. 1.357".

E eu espero, deputado Dirceu Dresch, que todos os parlamentares desta Casa, que

se comprometeram com os pequenos e microempresários e com os nossos comerciantes, votem um ato de suspensão produzido pela bancada do Partido dos Trabalhadores para que isso não aconteça.

(Continua lendo.)

"A presidente Dilma Rousseff anunciou também que o governo federal vai instalar em cada estado da federação um centro de atendimento integral à mulher, que contará, entre outros serviços especializados, com um setor de prevenção e atenção contra a violência doméstica e outro de apoio à mulher com ferramentas de estímulo ao pequeno negócio como o microcrédito e a capacitação profissional.

Espero que Santa Catarina não perca esse grande projeto. E a presidente Dilma Rousseff também tem o compromisso e a participação de todos para intensificar o combate ao tráfico sexual e à violência doméstica.

Espero com isso também, sr. presidente, que o estado de Santa Catarina se comprometa e seja parceiro nessas ações. Não aconteceu o que aconteceu em Palhoça, mas acontecer com ações da nossa presidenta, e que o governo do estado busque esse recurso, a fim de dar garantia e segurança às mulheres catarinenses.

Garantido isso às mulheres, certamente vai tranquilizar a família que é composta por homens, mulheres, crianças e adolescentes.

Era isto que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Declino, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos visitam no dia de hoje, vereadores e vereadoras que nos estão acompanhando, prefeitos, vice-prefeitos, em especial a população que está no apoio neste dia, não somente os atingidos pela demarcação da área indígena na região de Palhoça. Eu vou falar logo em seguida sobre esse assunto, mas quero antes seguir o raciocínio feito desta tribuna pela deputada Ana Paula Lima, que destacou, na semana passada, dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, a mulher que cuida muito ainda da casa, dos alimentos, da família e que sabe quanto custa o quilo do feijão, o quilo do arroz, e anunciou uma ação importante do governo federal, ou seja, a redução da carga tributária do nosso país.

Já foram realizadas importantes ações como o caso da redução da carga tributária dos medicamentos, do material de construção, da alimentação, um tempo atrás, durante o governo do presidente Lula, e agora mais uma desoneração da cesta básica, tirando o PIS e o Cofins da alimentação de nosso país. Com certeza isso vai gerar um impacto muito positivo de mais de 9% de redução dos impostos na alimentação.

O que de fato esperamos, e a própria presidenta da República anunciou isso, é que tenhamos uma soma desses esforços que o governo vem fazendo de 9.25% a menos do

preço da carne, do café, da manteiga, do óleo de cozinha e de outros produtos que já tinham redução, ampliando essa redução.

Podemos também ter a participação dos empresários do setor de alimentos, os quais poderão fazer sua parte, senão o governo abre mão dos impostos e a população não é beneficiada por essa redução porque os empresários acabam não reduzindo esse custo no supermercado, na indústria, enfim, em toda a cadeia produtiva da alimentação.

Então, essa é a expectativa, inclusive é um apoio, um acompanhamento que a sociedade brasileira pode fazer nessa redução da carga tributária e no custo dos alimentos, para o povo brasileiro poder se alimentar de forma saudável.

Eu queria registrar isso aqui hoje, no horário do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, e falar sobre a importância da redução da energia elétrica.

Foi tanto uma reivindicação da população brasileira para suas moradias quanto dos empresários brasileiros, no sentido de reduzir o custo de produção das nossas indústrias, das nossas empresas. Então, esses dois temas impactam positivamente na melhoria da renda e da possibilidade de consumo do povo brasileiro.

Quero citar, nesta mesma direção, que aprovamos hoje dois projetos da comissão de Constituição e Justiça. Um deles mexe na economia catarinense, que é o da aprovação da recuperação do piso mínimo catarinense. É uma recuperação importante de praticamente 9,30% de reajuste do ano passado para este ano. Claro que havia a luta das centrais sindicais para ampliar essa recuperação, porque é importante para a economia catarinense e brasileira valorizar o salário do trabalhador.

Srs. deputados, foi a esse percentual que chegamos. E cumprimos também no nosso relatório esse acordo construído entre as centrais sindicais de trabalhadores e os empresários. Tenho dito desde 2009 que encaramos junto com os trabalhadores catarinenses, articulamos junto aos empresários e ao governo do estado esse projeto do piso mínimo regional, dada a sua importância não só para os trabalhadores catarinenses, mas para toda a população.

O trabalhador, no final do mês, não guarda o salário em casa, mas vai comprar alguma coisa, e isso faz o comércio vender e a indústria ter que produzir mais, gerando mais emprego. Então, quando a perspectiva do poder aquisitivo da população é boa, a economia com certeza aquece e gera desenvolvimento.

Quero pedir às comissões para agilizarem o processo, para que possamos aprovar ainda esta semana o piso mínimo regional, pois ele é retroativo e temos várias categorias aguardando a aprovação desta Casa. Demorou muito para a base do governo se entender nesta Casa, para nomear os representantes das comissões, e isso atrasou a aprovação do piso mínimo regional. Por isso, também estamos lutando para que seja aprovado o índice de recuperação automática, para que a cada ano os trabalhadores não precisem aguardar acordo desta Casa para saber quanto vão receber do piso mínimo regional.

Para finalizar, tivemos também a aprovação do nosso projeto que destina 20% em dois anos da alimentação saudável, agroecológica e orgânica nas nossas escolas estaduais, que trará mais qualidade nos alimentos para as nossas crianças nas escolas.

Quero destacar que fomos procurados por muitas lideranças da demarcação da área indígena da região de Palhoça, pois entendemos importante os

indígenas terem seu espaço e lutamos e trabalhamos neste sentido. Fizemos isso no oeste catarinense, na possibilidade da compra de uma área no município de Bandeirante, para assentar os indígenas, pelo menos provisoriamente, e trabalhamos para isso.

Entendemos que há um grande conflito de interesses quando pessoas que estão morando em determinado lugar há muito tempo, em suas casas, nas suas propriedades, de uma hora para outra são surpreendidas com demarcação de áreas indígenas. Precisamos resolver esse problema!

Estamos aí com um grande número de pessoas preocupadas com isso, que estão precisando de uma atenção especial. Então, esta Casa precisa dar esse suporte, apoio político junto ao governo do estado e ao governo federal, para não cometermos injustiça com essa população que construiu a sua história.

Sabemos que ao longo dos anos foram cometidas injustiças no nosso país com os indígenas, mas também os agricultores e maricultores que compraram essa terra estão ali assentados com suas famílias há muito tempo e não podem ser injustiçados.

Precisamos achar um caminho justo para que os dois lados tenham o seu espaço. Este país é tão grande, este estado é tão grande, há tanto espaço, e nós não precisamos criar conflitos desta forma, ou seja, expulsar um para assentar o outro e, principalmente, os nossos agricultores, os nossos maricultores tem que ter o seu direito garantido, pois, infelizmente, a Constituição Federal não deixa a união indenizar as áreas consideradas indígenas.

Então, temos agricultores tendo que sair das suas propriedades com um simples pagamento das benfeitorias e não recebem por essa terra.

São vários conflitos que temos pelo estado a fora, pelo Brasil a fora. Precisamos resolver isso e esta Casa precisa ajudar neste debate e contribuir com essa discussão. O estado também tem responsabilidade porque em última instância, quem, à época, teve autorização e acabou vendendo essas terras também aos agricultores, foi o estado, que tem responsabilidade. Temos que discutir esse tema da demarcação das terras indígenas, caso contrário, continuaremos cometendo grandes injustiças pelo estado, pelo país a fora.

Então, queremos um grande debate e a participação efetiva do governo do estado na defesa das famílias, do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, colegas da Imprensa, funcionários desta Casa, gostaria de falar sobre alguns assuntos, mas, primeiramente, gostaria de aproveitar a deixa do deputado Dirceu Dresch com relação à manifestação que está havendo aqui no dia de hoje.

Temos um problema neste país com relação a essa questão das áreas indígenas. Há pouco tempo, perto do Sinuelo, em Araquari, houve uma discussão com relação a uma área que dizem que é indígena - inclusive, o deputado Nilson Gonçalves conhece muito bem este assunto, é um grande especialista neste assunto dos indígenas de Araquari - e

devido ao impasse, foi feito um levantamento e chegou-se à conclusão de que havia índio até vindo do Paraguai. Ou seja, importaram índios lá do "paracopaco", onde dizem: *la garantia soy yo*. Tudo isso para dizer que aquelas eram áreas indígenas. E nós sabemos a história de índios lá da região, mas nada sabemos dos índios do Paraguai. Não há a possibilidade de começarmos a defender os índios do Paraguai. Acho que a questão indígena deve ser respeitada, deve ser defendida, mas não com estrangeiros que colocam aqui para fazer esse tipo de processo.

Então, essa é uma questão que deve, sim, ser resolvida e o governo federal deve tratar isso com muita responsabilidade. Entendo que a bancada do Partido dos Trabalhadores, que é do governo federal, poderá dar uma resposta muito positiva com relação a este tratamento.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, no último sábado, deputado Silvio Dreveck, o nosso município de Joinville completou 162 anos, no dia 9 de março, e as coisas por lá não andam muito bem, estão difíceis. Tenho tentado segurar-me, mas não dá, sou obrigado a falar porque eu acho que algumas notícias não estão chegando ao governador Raimundo Colombo com relação à cidade de Joinville. Olha, tá complicado!

As escolas estaduais estão fechadas. Na maternidade Darci Vargas, um médico faz 12 partos por dia. A segurança está complicada! Tive meu escritório roubado no domingo, ao meio-dia e comecei a minha peregrinação às 15h de domingo para fazer um Boletim de Ocorrência, que consegui fazer, apenas, na segunda, às 19h.

Deputado Padre Pedro Baldissera, está complicado lá em Joinville! A todo o momento o Ministério Público Federal está pedindo a prisão do secretário Dalmo Claro de Oliveira porque não consegue atender às reivindicações e as exigências feitas pelo Ministério Público.

Eu não posso ficar, de jeito nenhum, calado quando vejo uma secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville inerte, incompetente, não deixando as coisas se resolverem e querendo empurrar o problema.

O problema, deputado Silvio Dreveck, é que vamos à SDR para forçar a solução das escolas fechadas e a SDR diz que a solução está em Florianópolis, na secretaria da Educação. Daí quando vamos falar na secretaria para cobrar, dizem que a solução está na SDR.

Se estão fazendo isso com um parlamentar, imaginem o que fazem com um cidadão comum, deputado Padre Pedro Baldissera! Eu não vou me calar! Não é porque eu sou do partido do governador e faço parte da base governista que vou me calar ao ver a minha cidade, Joinville, sofrendo dessa forma! Não! Eu tenho compromisso com a minha cidade! Eu não tenho compromisso com aquilo que está errado!

De acordo com uma pesquisa feita agora, deputado Dirceu Dresch, 82% dos catarinenses acham que a Secretaria de Desenvolvimento Regional é cabide de emprego. Lá em Joinville mesmo não é um cabide, é uma arara, de tanta gente que tem pendurada lá. Mas quando é para resolver e atender à comunidade vem o vírus e a síndrome de Adão e Eva.

Os senhores conhecem a síndrome de Adão e Eva? Deus chegou ao Paraíso e disse: "Vocês podem comer de tudo, menos do fruto proibido". Daí Eva se enganou, comeu do fruto, os dois descobriram a sua nudez e esconderam-se, já que ao final do dia o Criador sempre vinha visitá-los para conversar e

perguntar: "Adão e Eva, como foi o dia de vocês"? Um dia Deus chegou ao Paraíso e Adão e Eva tinham sumido. Deus gritou: "Adão, onde tu andas"? Adão, envergonhado, respondeu: "Eu estou escondido, senhor". "Por que estás escondido"? "Porque Eva me enganou". Daí Deus perguntou para Eva o que aconteceu e ela respondeu: "Foi a serpente que me enganou, Criador". Como serpente não podia falar, paga até hoje, rastejando.

Assim está acontecendo lá em Joinville. Adão é a SDR, porque quando procuram a solução na SDR dizem que ela está em Florianópolis. E quando chegam à capital, que seria Eva, dizem que a solução não está aqui, e sim lá. Assim, o que está acontecendo? O povo está rastejando, não tendo atendimento na Maternidade Darcy Vargas.

Eu nasci na Maternidade Darcy Vargas, em 1970, que já recebeu um prêmio internacional, que já foi destaque no Brasil inteiro. De todas as maternidades públicas do país, a Maternidade Darcy Vargas, que já recebeu um prêmio internacional, hoje está recebendo a visita de um promotor federal com uma intimação para prender o secretário, porque tem uma reforma lá, deputado Nilson Gonçalves - e v.exa. também conhece -, que está há pelo menos quatro anos para acontecer e não acontece. E a Maternidade Darcy Vargas não atende somente a Joinville. Ela atende a Araquari e a Barra do Sul, que são cidades que não têm maternidades e, portanto, a população vai até lá para ser atendida.

Eu não vou colocar a culpa no governador por duas razões. Primeiro, porque o governador herdou do ex-governador Luiz Henrique da Silveira um estado oco e falido, com as escolas num caos.

Aquilo que não tem manutenção, que não tem cuidado, uma hora cai. O carro que não é cuidado vai quebrar. Até os nossos casamentos, se não tiver manutenção, o que vai acontecer? Vai acabar! As coisas também precisam de cuidado.

O governador assumiu essa maldita situação caótica das escolas, com a enrolação das secretarias de Desenvolvimento Regional que nada fazem. Mas o arara está lá, cheio de cabides de emprego. Meu Deus do céu, deputada Luciane Carminatti, em Joinville as SDRs são tudo do PMDB. É impressionante!

Venho aqui deixar registrado, nesta tribuna, neste momento, a minha fala de protesto pela forma como a secretaria de desenvolvimento Regional de Joinville está tratando Joinville, pela forma como a secretaria estadual da Saúde tem tratado Joinville. Está aqui o meu protesto, o protesto de alguém que conhece a realidade, sabe dos meandros políticos, sabe das coisas, como se faz. E venho aqui porque não posso ficar calado.

Quando pego o jornal e vejo que 1.500 crianças estão sem aulas, que tem um médico fazendo 12 partos por dia, porque há um único médico na maternidade Darci Vargas, quando vejo que o nosso hospital Regional não tem médicos, que os médicos plantonistas, aliás, os cirurgiões estão fazendo como se fosse plantonistas, o que é antiético... E a própria Associação Catarinense de Medicina colocou essas irregularidades.

O governador vai lá, deputado Sílvio Dreveck, anuncia obras, anuncia dinheiro, anuncia, e os seus subalternos não estão conseguindo resolver, não está acontecendo nada.

As pessoas estão agoniadas, estão sofrendo. Assim não dá! Tem que haver mudanças na área da Saúde, na área das secretarias regionais, mudança na área das questões da cidadania e justiça, porque foi lá em Joinville que aconteceu aquele absurdo e

que acabou sendo o estopim para os últimos atentados em Santa Catarina. Tem que haver mudança na questão da segurança.

Não é possível eu ficar desde às 16h de domingo até as 18h de segunda-feira atrás de alguém que faça um Boletim de Ocorrência, pelo roubo que aconteceu no escritório onde eu trabalho. Essa é a verdade. E quero deixar aqui registrado o meu descontentamento, o meu desagravo a essa forma com que Joinville está sendo tratado pela secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville, pela secretaria estadual da Saúde e também em outras áreas que o governo está deixando a desejar.

Governador Raimundo Colombo, estão enganando o senhor, e estou preocupado!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do prefeito Raul Ribas Neto, do município de Matos Costas, e do presidente da Câmara de Vereadores, Denilson Gregório.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar essa plateia que se encontra no plenário.

Sobre essa questão indígena quero falar num outro dia, porque senão vão dizer que estou querendo fazer média, falando e defendendo essa questão. Se eu falo agora, vão dizer que estou falando porque a Casa está cheia. E detesto isso, odeio isso. Mas quem me conhece sabe da minha luta e do meu envolvimento com essa questão, principalmente com a nossa região de Araquari, de São Francisco do Sul, da Barra do Sul, que estão sofrendo tanto quanto vocês com esse problema das demarcações de terras indígenas.

Essa questão das demarcações de terras é uma das coisas mais absurdas que já vi na minha vida. Se levarem a efeito isso, na minha região vão acabar com a nossa possibilidade de desenvolvimento, além de subtraírem propriedades legitimamente compradas, além de subtraírem de legítimos proprietários suas propriedades para dar aos índios que na verdade precisam de apoio, de atenção, de assistência médica, de alimentação e de educação. É disso que eles precisam, não de terras. E o padre Faquini, na minha região, que cuida deles, sempre diz isso.

Já conversamos inúmeras vezes, e eles dizem que não precisam de mais de 300 mil metros quadrados de terras. Não precisam mais do que isso.

O que precisamos é dar atenção aos nossos índios, médico, tratamento para o alcoolismo, que muitos têm, alimentação, assistência, enfim, um lugar onde todos possam ficar dignamente.

Existe em Araquari, já devidamente delineado, um lugar para todos. Mas a Funai e o governo federal insistem em querer fiação a região todinha, demarcando as terras chamadas terras indígenas.

O que acontece com os senhores, e não conheço muito bem a realidade, deve ser uma coisa muito parecida, ou seja, querer arrancar os verdadeiros donos para entregar à demarcação indígena. Mas não é isso que eles querem; eles querem apenas atenção, alimentação, tratamento médico. É disso que eles precisam. Essa que é a grande verdade.

Bom, oportunamente, sr. presidente, vou entregar nas mãos de cada um dos srs.

deputados uma publicação com dados econômicos e sociais, que me foi entregue, na segunda-feira, num evento que aconteceu no Perini Business Park, em Joinville, que contou com a colaboração da prefeitura municipal - o guia Joinville em Dados 2013, lançado ontem à noite.

Nessa reunião semanal da Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville - foi distribuído um livro que na verdade tem todos os dados referentes à nossa cidade de Joinville. E visa principalmente os empreendedores. Esse guia mostra a indústria catarinense, eis que também a indústria catarinense como um todo é referência no Brasil, e que Joinville tem o maior e o mais importante parque econômico, tecnológico e industrial de Santa Catarina, mas muitos não sabem.

Temos lá cerca de 1.300 indústrias e mais de 11.000 estabelecimentos comerciais. E esse guia tem a intenção de mostrar às pessoas que Joinville é um dos melhores lugares neste país para se investir, para se instalar e para morar, em que pese, deputado Kennedy Nunes, ter falado algumas questões pontuais em relação a Joinville. Eu diria até que são questões pontuais, pois na verdade Joinville, como um todo, se todos os senhores forem analisar, e o meu querido deputado Kennedy Nunes sabe disso, é uma das melhores cidades, neste país, para se viver.

Evidentemente que temos lá o problema da carência de médicos, e há um esforço concentrado no sentido de contratar esses médicos. O problema é que a classe médica também não aceita o salário oferecido. Temos problemas de obstetras na Darci Vargas, e também existe um esforço muito grande por parte do sr. secretário para contratar obstetras, mas não conseguem por conta do salário. Esses médicos preferem os seus consultórios particulares e não querem trabalhar na questão pública.

Essas realmente são questões pontuais, que devem ter uma solução a curto e médio prazo, no máximo, para que possamos ter, definitivamente, uma Joinville melhor.

Quero que os senhores deputados atentem para esse Joinville em dados e levem aos seus esse conhecimento, para que os senhores saibam que Joinville ainda é uma das melhores cidades, neste país, para se viver e principalmente para se investir.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, E em seu nome quero cumprimentar todos os senhores deputados, as senhoras deputadas, nesta tarde. Cumprimento os ouvintes da TVAL e todo o público que nos visita nesta tarde.

Gostaria, na qualidade de deputado, de me colocar ao lado do pleito de todos os senhores que nos visitam nesta tarde, com relação às questões de demarcação, com relação às questões de uso e de ocupação do solo.

No nosso país, infelizmente, gastamos uma energia muito grande em questões que a legislação, a regra, o governo, deveria, teria a obrigação de ter isso claro, limpo, cristalino, para evitar que as pessoas tivessem que estar há anos, como é a situação dos senhores e das senhoras, aguardando por um desfecho que deveria estar claro na legislação.

Infelizmente, no nosso país, um país maravilhoso de se viver, ainda temos muitas questões criadas por interesse de algumas instituições, de pessoas. E o conflito na legislação, porque uma lei manda prender, outra manda soltar, uma manda demarcar, outra manda não demarcar, tem causado na nossa população muito prejuízo, muita indignação. Essa é uma energia que poderia estar sendo gasta em construir um futuro melhor para todos nós. Então, temos que voltar a andar em volta de situações, ano após ano, de realidades que não se resolvem.

As instituições existem há anos, a Funai, as organizações não governamentais, e muitas delas prestam um grande serviço, mas outras vivem desses conflitos, abastecendo os conflitos e não ajudando a construir uma solução.

Por isso, fica aqui o nosso apoio à causa e o nosso pedido para que de uma vez por todas o governo federal e o governo estadual somem forças e resolvam, obedecendo obviamente à história de vida das pessoas, obedecendo à vocação das áreas, mas acima de tudo dando oportunidade para as famílias viverem com tranquilidade, com qualidade de vida, onde estão situadas.

Por isso fica aqui o nosso apoio à causa e o nosso pedido para que de uma vez por todas o governo federal e o governo estadual somem forças e resolvam obedecendo obviamente à história de vida das pessoas, obedecendo à vocação das áreas, mas, acima de tudo, dando oportunidade para as famílias viverem com tranquilidade, com qualidade de vida onde estão situadas.

Por isso fica aqui, gente, o nosso apoio à causa de vocês.

(Palmas das galerias)

Quero hoje também, deputado Padre Pedro Baldissera, colocar um pouco do trabalho que estamos fazendo numa outra causa que mexe com a vida de muita gente.

Estamos coordenando a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, deputado Jorge Teixeira, nosso vice-presidente. Amanhã juntamente com outros deputados desta Casa, Volnei Morastoni, Antonio Aguiar, estaremos em Brasília acompanhados da Associação dos Hospitais de Santa Catarina e também da Federação dos Hospitais e Entidades de Santas Casas, numa audiência no ministério da Saúde, também para tratar de um direito dos catarinenses que há algum tempo foi esquecido e que tem prejudicado muito a vida do povo catarinense, principalmente o povo mais pobre que precisa usar o Sistema Público de Saúde.

Quero falar aqui do teto financeiro repassado a Santa Catarina pelo sistema SUS. Nós todos do sul do país - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - temos os mesmos problemas de saúde, os mesmos problemas ambientais, mas vejamos que para o ministério da Saúde um morador do Rio Grande do Sul, um gaúcho, recebe mais, vale mais do que um catarinense. Hoje, o teto repassado para Santa Catarina, para cada catarinense, por ano é de R\$ 231,00, para o Paraná é de R\$ 240,00 e para o Rio Grande do Sul é de R\$ 296,00.

Eu que conheço, pois moro mais no sul de Santa Catarina, entendo hoje por que muitos catarinenses da minha região preferem os hospitais do Rio Grande do Sul em relação aos hospitais de Santa Catarina.

Amanhã, estaremos num grupo de deputados numa audiência marcada pela Frente Parlamentar, para discutirmos com o ministério da Saúde a igualdade. Se tivermos sucesso, Santa Catarina irá receber por ano mais R\$ 90 milhões. Dá para construir todos os anos pelo menos quatro novos hospitais ou, melhor do

que isso, pagar melhor os médicos, pagar melhor os hospitais para que possam atender à nossa população com melhor qualidade e com mais resolutividade.

Por isso, essa missão amanhã junto com os deputados em Brasília tentar, com o apoio dos deputados federais, com o apoio da ministra Ideli Salvatti sensibilizar o ministério da Saúde atendendo a esse pleito justo para o povo catarinense.

Assim, fica aqui registrado que o nosso movimento também tem um compromisso já firmado com as santas casas e hospitais filantrópicos de Santa Catarina e do Brasil e que no próximo dia 20 estaremos no Rio Grande do Sul, num movimento, unindo os hospitais filantrópicos, comunitários de Santa Catarina com os do Rio Grande do Sul, para encabeçarmos um movimento para reajuste da tabela do SUS, que está defasada e que tem causado a falência de muitos pequenos hospitais pelo interior do Brasil e também do nosso estado.

Estamos articulando também uma pauta das santas casas e hospitais filantrópicos para que o Congresso Nacional nada mais vote até que seja reajustado ou melhorado o pagamento pelos serviços prestados por esses hospitais.

Vale lembrar que, no último dia 28, estivemos em Brasília, no Congresso Nacional, através do presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, em reunião com os integrantes das frentes parlamentares estaduais. E foi criada uma comissão especial destinada a discutir o financiamento da saúde pública.

Os municípios brasileiros estão gastando de 15% a 20% em saúde, os governos estaduais, 12%. E, em 2012, o governo federal aplicou somente 4% do seu orçamento em saúde. Aí os médicos são mal remunerados, os hospitais passam dificuldades. E quem paga essa conta é o usuário do SUS que acaba sendo mal atendido.

Por isso é necessário que nos unamos. Todos os deputados, a população catarinense está convidada a somar esforços nessa causa, que não é apenas de Santa Catarina, mas do Brasil inteiro, para melhorar o financiamento para a Saúde.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por treze minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, inclusive não estava inscrito para falar no horário destinado ao PMDB, mas o faço em função do movimento de Maciambu com relação à portaria do ministério da Justiça. Eu sei que há um documento pedindo o apoio dos deputados para que peçam ao governador que se coloque à disposição dos moradores daquela região um procurador, um defensor jurídico.

Na realidade, algumas decisões do governo federal, na minha maneira de ver, são precipitadas, como essa que diz respeito àquela região, onde a grande maioria dos moradores ocupa aquela região historicamente, há dezenas de anos. Então, acho que não tem sentido uma portaria feita num gabinete de Brasília, porque um tecnocrata sugeriu ao ministro da Justiça que, é bem verdade, muito tem contribuído com o estado de Santa Catarina. Mas, neste momento, é preciso haver mais cuidado com essas determinações. É verdade que os índios têm direitos que precisam ser mantidos. Mas essas famílias que moram ali há centenas de anos como ficam?

Então, não há uma solução que esteja no estado de Santa Catarina. Não tem solução aqui. Ou se discute isso judicialmente ou tentamos uma interferência política lá em Brasília, porque a revogação dessa portaria tem que ser feita pelo ministério da Justiça. Não há alternativa. E isso acontece não é apenas com Maciambu e Palhoça, mas com várias outras regiões do estado e do Brasil.

Acho que precisamos rever até esse preceito constitucional que diz respeito à garantia das áreas indígenas, que devem ser preservadas, mas isso tudo tem um limite. Não é possível, nessas regiões em que moram centenas de agricultores que já criaram seus netos e bisnetos, e às vezes não há mais nem indígenas ali, que as pessoas sejam pegadas de surpresa por uma portaria baixada ou sugerida por algum tecnocrata, sem olhar o problema social.

Se o problema indígena é um problema social, o problema desses moradores também é. E essa questão precisa ter uma solução, na minha maneira de ver, política. Então sugiro ao deputado Joares Ponticelli, presidente desta Casa, que façamos um grupo de parlamentares com alguns moradores, no sentido de buscarmos a solução lá em Brasília, que é o fórum de decisão desta questão, no ministério de Justiça, envolvendo até o fórum de Santa Catarina, que é um fórum suprapartidário composto de senadores e deputados.

Vamos buscar uma solução no local certo. Não é aqui na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Nobre deputado Edison Andrino, desse assunto entendo muito bem.

Fui prefeito, em 2000, na cidade de Vitor Meirelles, onde a Funai também, através de uma ação do ministério da Justiça, definiu a desapropriação de 19 mil hectares, envolvendo quase 600 famílias.

São 14 anos que estamos lutando contra o governo federal, e só tem uma solução para essa comunidade que está me ouvindo: entrar judicialmente para embargar a demarcação. E a partir daí, aproveitando a sua explanação, fazemos uma movimentação junto ao Fórum Parlamentar, em Brasília, para que faça uma alteração ou na Constituição Federal ou na própria portaria que demarcou essa área como indígena.

Então, neste momento, para que se estanque esse assunto, a decisão tem que ser pelo caminho judicial e assim buscamos a saída. São 14 anos que estamos trabalhando na região do alto vale, envolvendo os municípios de Itaiópolis, Doutor Pedrinho, José Boiteux e Vitor Meireles. E até hoje não temos solução ainda. A própria condição da justiça federal não sabe como se posicionar. A prova disso é que o ministro Ricardo Lewandowski que está julgando o nosso caso, daquela região, solicitou uma perícia independente. Portanto, nós, as pessoas, os agricultores, as empresas pagaram uma perícia independente daquilo que foi feito pela Funai, para que o Supremo Tribunal Federal possa se manifestar.

Então, conhecemos esse assunto, porque convivemos com ele há 14 anos, e a saída é via judicial neste momento, até buscarmos o encaminhamento administrativo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Essa experiência que vocês têm em Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e

Doutor Pedrinho, a região em que v.exa. foi prefeito, pode ser um parâmetro para esse pessoal aqui de Maciambu, baseado inclusive nessa demanda judicial dessa região. E acho que a solução primeira, imediata, é uma tomada de decisão judicial, mas numa luta paralela, política, em Brasília, para que se reveja toda essa questão.

Pois vejamos quantos problemas estamos enfrentando em Santa Catarina e em outros estados da Federação, como Paraná, Rio Grande do sul, para os quais precisamos buscar uma solução, eis que é um problema social de todos, dos indígenas e dos moradores, principalmente dos pequenos agricultores.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Edison Andrino, esse tema é muito importante e interessante, porque da mesma forma que o nosso deputado Aldo Schneider vivenciou esse problema no município dele vivenciei durante os oito anos como prefeito de Cunha Porã. Lá temos um problema idêntico a esse, que envolve os municípios de Cunha Porã e Saudades.

O que criamos lá para defender esses agricultores? Para fazer os encaminhamentos da Funai, ela dispõe de mais de mil ONGs por trás deles, empurrando-os para tomarem uma atitude. E ainda temos o Cime que trabalha e advoga exclusivamente essas questões. Nós criamos uma ONG no ano de 2000 justamente para defender as famílias de agricultores, em torno de 160, que pela lógica da Funai deveriam deixar as suas áreas. E ir para onde? Ninguém sabe. Com certeza, embaixo de uma ponte ou ao lado de uma rodovia, porque até o Incra indenizar essas terras, esses agricultores já perderam dez, 20 anos de suas vidas.

Então, essa ONG vem fazendo essa defesa, inclusive contatando profissionais, advogados antropólogos. Nós contratamos um antropólogo de São Paulo, e custou R\$ 180 mil o serviço dele, enquanto que a Funai pagou R\$ 2 milhões para uma antropóloga fazer um levantamento para dizer que lá no interior desses dois municípios existiam índios no momento do advento da Constituição Federal de 1988. Isso é mentira, porque mais da metade do laudo dessa antropóloga é cópia, *ipsis litteris*, de outro parecer feito lá numa região de Mato Grosso do Sul.

Então, quer dizer se monta um processo, cria-se um problema social, porque hoje a depressão está tomando conta daqueles agricultores, muitas vidas já foram ceifadas pela depressão, porque lá também tem os antecedentes que foram enterrados, tem os sonhos de suas famílias, tem projetos de vida e muitos investimentos naquelas propriedades. Mas se não se organizarem dessa forma, podem ter certeza de que em questão de poucos meses os agricultores acabam deixando suas áreas, porque a Funai vai tomar conta.

Enquanto o Congresso Nacional não chamar esse compromisso para o Congresso poder pelo menos avaliar todos os processos de demarcação em nosso território brasileiro, a Funai vai continuar ditando ordens, passando por cima até mesmo dos poderes do próprio ministro da Justiça que simplesmente somente assina, não lê, não vive o que está acontecendo nos pequenos municípios. E o caos fica montado para que nós parlamentares acabemos encontrando soluções paliativas para proteger tanto o índio quanto o agricultor.

Então, o processo tem que começar por lá. Mas aqueles que estão se defendendo,

faço minhas as palavras do deputado Aldo Schneider, contratem advogado, vão à luta, porque o estado vai ser muito difícil, porque o estado não tem competência para esse fim. Somente a união vai legislar e vai advogar em favor dos índios.

(Palmas)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço, deputado Mauro de Nadal.

Escutamos aqui dois exemplos que podem ser referências para os moradores de Palhoça. Espero que esta Casa contribua politicamente, no sentido de buscarmos solução judicial e principalmente, quem sabe, sr. presidente, uma comissão que vá a Brasília para juntos levantarmos esse problema que não é um problema específico nosso, do estado, mas é um problema de vários estados do Brasil e principalmente dos municípios em que v.exa., como prefeito, teve que enfrentar esta questão.

(Palmas)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON

GONÇALVES - Sr. presidente, registro com muita satisfação a presença do prefeito de Barra do Sul, nosso querido amigo Ademar, e do vereador Borba.

Eu gostaria de lembrar ao deputado Edison Andrino que abri nesta Casa o Fórum Permanente sobre a demarcação de terras indígenas e tivemos a oportunidade de em duas ocasiões estar com a bancada catarinense em Brasília, tratando desse assunto. Já fizemos reuniões de todos os tipos e todos os jeitos aqui também. E é um inferno. Isso não anda. Não vai nem para frente nem para trás. É um inferno. Enquanto isso as pessoas acabam pagando o pato. Não sei onde está engatado isso, que não vai nem para frente nem para trás. Fazem reunião com bancada catarinense em Brasília, faz reunião com a, com b, com c, e ninguém resolve coisa nenhuma. Essa que é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência acolhe, deputado Edison Andrino, a sugestão de v.exa., juntamente com o deputado Mauro de Nadal que é presidente da comissão.

Vamos fazer esse encaminhamento da solicitação de audiência em Brasília para tratarmos desta questão.

Registramos a presença do secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, deputado Renato Hinnig. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de lei n. 0338/2012, de procedência do governo do estado, que altera a Lei n. 15.390, de 2010, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0017/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 8.282, de 1991, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São Francisco de Assis, de São José.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0397/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 6.666, de 1985, que declara de utilidade pública o Mutirão do Amor - Sociedade Beneficente de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0141/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a inserção de mensagem nas faturas dos serviços e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0326/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som, no modo alto-falante, dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a expedição de carteira de identidade aos portadores de deficiência visual no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu vi que hoje novamente aprovamos vários projetos que declaram de utilidade pública várias entidades, algumas novas, outras revalidação. Há um pedido já feito por este deputado, e parece que até não resolveu. Mas eu entendo, sr. presidente, que depois de aprovado por esta Assembleia Legislativa, a entidade fica com utilidade pública aprovada.

Sei que existe um sistema na Casa que depois já starta o envio da correspondência para a entidade. Mas no mundo digital que estamos vivendo reforço o pedido para que v.exa. verifique como está esse procedimento, para que o cidadão possa no site da Alesc ter a possibilidade de pegar a certidão ou uma declaração de utilidade pública. Eu falo isso, porque há alguns dias a Sociesc estava participando de uma disputa de concurso público e quase perdeu porque não havia chegado a certidão. E se tivesse à disposição no site, eles teriam a possibilidade da credibilidade. Por isso, reforço o pedido, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A nossa diretoria legislativa nos informa que está procedendo a essa verificação, deputado Kennedy Nunes, e vai prestar a v.exa. e a todos os srs. deputados interessados essa informação.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0376/2012, de autoria da bancada do PMDB, que cria a

Semana Estadual da Consciência Negra no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0074/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0075/2013, de autoria do deputado Dado Cherem; 0076/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0077/2013, 0078/2013, 0079/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0080/2013, 0081/2013, 0082/2013, 0083/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch..

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos: 0125/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero pedir licença ao deputado Carlos Chiodini para subscrever este requerimento de sua autoria.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a aquiescência do deputado Carlos Chiodini, a deputada Ana Paula Lima subscreve o referido requerimento.

Com a aquiescência do deputado Carlos Chiodini, a deputada Ana Paula Lima subscreve o referido requerimento.

Foram deferidos também os Requerimentos n.s. 0126/2013 e 0127/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0128/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0129/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero pedir ao deputado Ismael dos Santos para subscrever também o requerimento de sua autoria.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a aquiescência do deputado Ismael dos Santos, a deputada Ana Paula Lima subscreve também o requerimento do sr. deputado Ismael dos Santos.

Foram deferidos também os Requerimentos n.s. 0130/2013, 0131/2013, 0132/2013 e 0133/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 0124/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas Tim, Claro, Oi, e Vivo, pedindo a instalação de torre de telefonia móvel nas comunidades de Rio Novo, Barra Clara e Garcia, no município de Angelina, para atender principalmente as escolas de ensino fundamental e médio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0005/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, manifestando ao presidente do Senado apoio à aprovação ao Projeto de Lei n. 0188/2011, de autoria do senador Casildo Maldaner.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0006/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, parabenizando o deputado federal Décio Lima por assumir a presidência da comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara Federal.

Esta Presidência solicita autorização a v.exa. para converter esta moção, com o apoio de todos os líderes, numa moção desta Casa legislativa, pela alegria do nosso estado em ter o deputado federal Décio Lima como presidente da mais importante comissão da Câmara dos Deputados.

(A autora aquiesce.)

Passa, portanto, a ser esta moção, deputada Ana Paula Lima, de autoria dos 40 parlamentares que compõem esta Casa legislativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Da mesma forma, o que foi bem lembrado pelo deputado Romildo Titon, vice-presidente, esta Presidência solicita à assessoria o encaminhamento de uma moção de cumprimentos ao deputado Edinho Bez que, para nossa alegria, também foi eleito presidente da comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Aliás, deputados Valmir Comin, José Milton Scheffer, José Nei Ascari, Dóia Guglielmi, Altair Gudi, Manoel Mota, como primeira ação do deputado Edinho Bez, será realizada, na próxima terça-feira, dia 19 de março, às 17h, na comissão de Fiscalização e Controle, sob a sua presidência, uma reunião do Fórum Parlamentar para unir todas as forças em prol da liberação do carvão mineral como fonte energética de nosso estado.

Essa é uma ação já presidida pelo deputado Edinho Bez que antecede à posse do novo presidente da Frente Nacional do Carvão, que vai acontecer às 20h30, que será presidida a partir de agora pelo deputado Afonso Hamm, do estado do Rio Grande do Sul, com a participação do deputado Edinho Bez numa das vice-presidências e de tantos outros parlamentares.

Portanto, esta Presidência, em nome dos 40 parlamentares, pela lembrança do deputado Romildo Titon, encaminha e coloca em discussão e em deliberação deste plenário moção de cumprimentos ao deputado Edinho Bez pela presidência na comissão de Fiscalização e Controle.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar v.exa. pela atitude e mérito de elencar

uma das pautas deste Parlamento em defesa do carvão mineral catarinense.

Em segundo lugar, quero dizer da importância desse evento que vai acontecer no dia 19 próximo, com a participação inclusive da Fiep, do estado do Paraná, da Fiesc, de Santa Catarina, e da Fieg, do Rio Grande do Sul. Paralelamente, há a luta da bancada federal catarinense, com a Presidência do deputado Afonso Hamm e do trabalho que v.exa. desenvolve juntamente com o líder gaúcho, Pedro Westphal, nessa luta em defesa do carvão.

Como está previsto nos próximos dias a inauguração da usina do Eike Batista no estado do Ceará com três módulos de 300 megawatts, totalizando 900 megawatts de energia/hora, com carvão importado da Colômbia, esperamos, naturalmente, a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff no sentido de permitir a geração de energia inclusa nos leilões da Eletrobras, chamado A-5.

Então, é um prazer e uma satisfação muito grande estar juntamente com v.exa. nessa luta.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, amanhã eu e outros deputados não estaremos presentes na sessão, porque junto com uma comitiva da cidade de Joinville teremos uma audiência, às 16h, no Supremo Tribunal Federal, com o ministro Fucks, sobre a PEC que aprovamos aqui com relação aos Bombeiros Voluntários.

Então, gostaria de justificar a nossa ausência, pois estaremos junto com a caravana que irá a Brasília para mostrar ao ministro a importância do trabalho dos bombeiros voluntários aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero pedir ao deputado Kennedy Nunes que lá em Brasília, por favor, justifique a minha ausência na referida reunião, porque tenho compromisso com alguns prefeitos da minha região já agendados em Florianópolis e não tenho como estar lá.

Quero aproveitar o ensejo também para fazer um requerimento verbal no sentido de enviar nossas congratulações, em nome desta Casa de Leis, ao padre Jorjão e ao padre Jorginho, que receberam ontem o título de cidadão honorário, em Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não há mais matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, esta Presidência comunica que recebeu Ofício n. 19/2013, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste e atendendo pedido da comunidade do Distrito da Enseada de Brito, do Conselho Comunitário e demais associações interessadas, espaço de dez minutos na tribuna desta Casa, para o próximo dia 12 de março do corrente para os srs. Milton Moreira e Suzana Aparecida Alano.

Essa manifestação faz-se necessária para que possamos neste dia falar sobre o processo e a demarcação das terras indígenas daquela localidade.

Desejamos êxito e nos colocamos à disposição.

(aa):

Deputado Altair Guidi, líder do PPS; Deputada Angela Albino, líder do PCdoB; Deputado Carlos Chiodini, líder do PMDB; Deputado Darci de Matos, líder do PSD; Deputado Dóia Guglielmi, líder do PSDB; Deputado Narcizo Parisotto, líder do PTB; Deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT e Deputado Valmir Comin, líder do PP."

Portanto, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos, convidando para fazer uso da palavra o sr. Milton Moreira e a sra. Suzana Aparecida Alano.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência, antes de conceder a palavra aos deputados Kennedy Nunes e Edison Andrino, gostaria de solicitar, de pronto, ao eminente presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Mauro de Nadal, que receba toda a documentação que nos foi trazida pelas lideranças que aqui estão e pelos dois manifestantes que falaram em nome das comunidades. Gostaria, ainda, de solicitar à nossa assessoria que reúna o material dessas manifestações e os encaminhe ao deputado Mauro de Nadal para que ele, como presidente da comissão de Constituição e Justiça, conforme sugestão feita pelo próprio deputado Edison Andrino, juntamente com esta Presidência, com a Mesa Diretora, proceda à solicitação de audiências e demais providências a serem tomadas pelo governo federal, especialmente à Funai, porque entendemos bastante contundentes as manifestações aqui feitas e, naturalmente, que esta Casa precisa se manifestar.

Portanto, deputado Mauro Nadal, v.exa. na condição de presidente da comissão de Constituição e Justiça, juntamente com a Mesa Diretora, fará esses encaminhamentos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero deixar registrado que fico impressionado quando ações de burocratas conseguem dividir as posições, porque, hoje, o que vimos aqui, deputado Edison Andrino, foi impressionante, pois os índios estão junto com os pescadores e contrários a uma decisão de um órgão que deveria defendê-los. Isso mostra a proporcionalidade que essa decisão está tomando.

Então, quero parabenizar também o cacique pela coragem de vir aqui colocar aos representantes dos índios que estão aqui... Ou seja, esta Casa não poderia fazer de forma diferente a não ser ouvi-los, recebê-los e estar junto nessa defesa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, essa cena registrada pela Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina é histórica. Veja v.exa. que esse teria que ser o papel da Funai. Nós só temos um tipo de brasileiro, independente de ser indígena, negro ou branco. Vimos aqui um indígena, um

cacique, junto com a Suzana, que representa a comunidade que ali mora, buscando uma solução harmoniosa para os moradores. Este tem que ser o papel da Funai: unir os brasileiros e não criar a divisão.

Essas portarias baixadas nos gabinetes de tecnocratas em Brasília servem para dividir brasileiros em vários municípios do Brasil e aqui em Santa Catarina, como foi relatado pelo deputado Mauro de Nadal e pelo deputado Aldo Schneider.

Então, eu acho que esta Casa, sr. presidente, tem um papel fundamental. E espero que essa cena sirva de exemplo. Provavelmente, alguém da Funai, da universidade, esteja vendo e mude esse conceito de demarcação de terras. Acho que a Funai tem que ter um papel primeiro de unir todos, em vez de dividir brasileiros para lá e para cá.

Muito obrigado, e quero cumprimentar v.exa. pela decisão de levar essa luta adiante.

(Palmas)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, vivo dia a dia a situação não só deste conflito, mas de outros conflitos também. O deputado Mauro de Nadal sabe do nosso empenho já de anos lá no nosso município, onde estamos num conflito de duas partes que sofrem por um processo equivocado.

Novamente o estado está tirando famílias de seus espaços. E aqui eles disseram que poderia ter recuado 100 metros, 150 metros, sem precisar desalojar as famílias. Teriam espaços para os índios e as famílias poderiam continuar lá.

Essa discussão precisamos fazer com a Funai, com o governo federal, com o estado. O estado do Rio Grande do Sul procurou uma forma depois das últimas consequências de desapropriações de agricultores que ficaram sem terra. As pessoas pagaram essas terras de boa fé, elas têm que receber por isso. O estado tem que pagar por isso, seja a União, o estado, têm que juntos resolverem essa questão.

Por isso, entendemos estarem corretos os encaminhamentos. Precisamos trabalhar e lutar para que não aconteça injustiça, seja com um ou com outro, pois tem que ter espaços para todos. Esse país é tão grande que não precisamos cometer injustiças.

(Palmas)

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Obrigada, sr. presidente, gostaria de primeiro saudar o prefeito da minha cidade, do município de Palhoça, Nirdo Artur Luz, conhecido como Pitanta, que está aqui presente.

Saúdo também todos os moradores da minha Palhoça, da Enseada do Brito, de Araçatuba e de Maciambu, que estão aqui presentes fazendo essa reivindicação na Casa do Povo.

Quero agradecer ao nosso presidente, agradecer à Mesa, que tiveram a sensibilidade de estar atendendo esse pleito da comunidade que está com esse conflito. Não tenho dúvida de que vocês vieram no lugar certo, com certeza. Os 40 deputados estarão do lado de vocês, não tenho dúvida disso!

Muito obrigada, sr. presidente!

(Palmas)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu, como já fiz no primeiro pronunciamento desta tarde, queria dizer que, além das decisões de burocratas que parece uma avaliação adequada, me parece que na fala da representante das comunidades e do próprio cacique que aqui se pronunciou está mais ou menos claro outro elemento, ou seja, tem interesse econômico financeiro de empreiteiras na questão da construção de dois túneis no Morro dos Cavalos e não apenas um. E por isso essa usurpação, inclusive da autonomia indígena em relação a esse assunto.

Quero parabenizar todos os pronunciamentos aqui nesta tarde, especialmente a comunidade do cacique e todos vocês pela organização e pela luta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Portanto, essa Presidência agradece essa manifestação ordeira, justa, que a comunidade faz aqui. Essa é a Casa do Povo; por isso, agradecemos, acima de tudo, a forma como as senhoras e os senhores se manifestaram. É dessa forma que esta Casa tem apoiado ações de resgate da justiça acima de tudo. E faremos a nossa parte para que se restabeleça a tranquilidade acima de tudo nessas comunidades.

Passaremos às Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, queria cumprimentar aqui toda a delegação que veio trazer essa reivindicação expressa pelos índios e dizer que o Brasil já cometeu muitas injustiças sociais. E provavelmente a maior injustiça que cometeu foi contra aqueles que moravam aqui primeiro. Por isso que é muito importante essa visita para colocar-nos a par de toda a situação. E como já foi dito por outros companheiros aqui, nós estaremos, sim, ouvindo e dando o melhor encaminhamento para uma boa solução a todos vocês.

Senhor presidente, também quero cumprimentar o prefeito Vânio Topanotti, do município de Bom Jardim da Serra, que está hoje aqui trazendo algumas reivindicações daquele município. Um município bonito, com um bom potencial turístico, onde a escada da Serra do Rio do Rastro é uma das sete maravilhas do mundo, se apoia naquele município.

Esse município tem um potencial turístico extraordinário, é muito grande, tem oitocentos quilômetros de extensão, tem mais de mil quilômetros de estradas municipais de chão batido, tem uma produção agrícola e agropecuária muito grande. No entanto, o grande problema do prefeito é justamente garantir a escoação da colheita da maçã. Muitas vezes, agora no começo do ano, se ouve histórias que tombam na estrada e não chegam à fazenda para buscar a safra da maçã, justamente pela péssima situação das estradas.

Então, o prefeito Vânio traz aqui ao governo várias reivindicações na área do turismo, de recuperação das estradas municipais, algumas reivindicações na área da educação, para colaborar com o processo de municipalização, mas que naturalmente precisa de um apoio muito grande para concluir e construir algumas escolas e poder ficar da primeira à nona série ao encargo do município, e o ensino médio, como é o processo de municipalização, ficar com o estado.

Então, cumprimentamos o prefeito Vânio, ele que foi secretário municipal da Saúde, já foi gerente da Saúde, e que carregou muitos doentes no colo, trazendo para Florianópolis, para encontrar a cura de algumas doenças. E hoje todo

o município está sob a sua responsabilidade. Parabenizamos o seu trabalho e garantimos o nosso apoio.

Vejo aqui no plenário o deputado Dóia, um deputado que tem dado um apoio muito grande àquele prefeito, como disse, uma prefeitura, um município muito grande, de uma população pequena, mas que vislumbra um grande futuro na área do turismo, na área de produção agroindustrial, na produção de maçã. E agora desponha, aqui em Santa Catarina, também na produção de energia elétrica, através da energia eólica. As melhores correntes que cruzam Santa Catarina passam exatamente lá em Bom Jardim da Serra.

Então, tem um potencial extraordinário, e tenha a certeza de que tem o apoio desta Casa, especialmente do deputado Dóia, como já tem dado.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Colega deputado, agradeço essa grande oportunidade.

Da mesma forma gostaria de cumprimentar Vânio Topanotti e o vice-prefeito, o vereador e secretário, que estiveram também nos visitando hoje. E nós, conhecedor daquele município, do seu potencial, vamos fazer um registro de que é um dos municípios com o menor IDH do nosso estado.

Realmente aí vem um dos grandes problemas daquele município, que são as rodovias municipais, que são precárias, com difícil acesso ao escoamento das mercadorias, da produção rural.

Por isso, quero parabenizar a sua iniciativa, e tenho certeza de que com uma força conjunta poderemos ajudar o prefeito de Bom Jardim da Serra, que começou com muita vontade, com sentimento de recuperar aquele município, que até o momento tem muito a merecer do governo do estado.

Parabéns. É desta forma que queremos contribuir, companheiro.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado!

Os nossos cumprimentos ao vice-prefeito, o Sérgio Rodrigues de Oliveira, que juntamente com a delegação daquele município está hoje aqui nesta Casa.

Quero cumprimentar ainda, sr. presidente, o prefeito Albino Gonçalves Padilha, prefeito de Bom Retiro, também uma cidade com nove, dez mil habitantes, muito grande, que tem uma grande extensão territorial, tem quase mil quilômetros de estradas municipais, todas elas, naturalmente, de chão batido, e muitos quilômetros são intransitáveis. E a maior preocupação do prefeito Albino é justamente em condição para que o produtor rural daquele município possa viver bem, feliz, possa escoar a sua produção, dar uma garantia de qualidade de vida. E isso tudo se consegue tendo uma infraestrutura melhor nos municípios.

Infelizmente, os municípios pequenos do Brasil, devido à divisão tributária que nós temos hoje, que privilegia a produção e não o consumo, que privilegia os estados, as cidades que produzem muito. É para lá que retorna a maior parte dos tributos.

Sacrificam então os municípios pequenos, onde naturalmente, se somados, esses municípios pequenos significa um volume muito grande de pessoas que tem uma barganha muito pequena junto ao governo do estado, junto ao governo federal. Com isso ficam sempre à margem, não podendo fazer investimentos de infraestrutura para segurar o povo que é de lá.

Asseguro que, como sou natural de Botuverá, mais da metade dos municípios de Santa Catarina são municípios de pequeno porte e

que os prefeitos não têm verba suficiente para garantir uma infraestrutura adequada, seja em estradas, seja em educação, seja na saúde, seja em telefonia, enfim, tudo isso vai gerando a sensação de que infelizmente a favela das grandes cidades acaba sendo melhor do que o centro ou o interior, pelo menos dessas cidades pequenas que ficam abandonadas, assim como Bom Jesus da Serra, Bom Retiro. E mais de 150, 160 cidades de Santa Catarina seguramente têm deficiência de recurso para investimento, primeiro, como disse, porque a verba própria do município é muito pequena, o governo federal detém a maior parte do recurso, praticamente 70% de toda a arrecadação tributária.

Então, caberia ao governo federal fazer uma distribuição mais equânime, uma distribuição que promovesse de fato a boa convivência social, ou seja, a estado ou a permanência de inúmeras pessoas que hoje estão nesses municípios e, muitas vezes com dor no peito, com dor no coração, são obrigadas a sair, quando não elas mesmas, mas aconselham os filhos, os parentes a irem estudar em grandes cidades e, naturalmente, depois acabam ficando por lá, como muitos de nós aqui somos exemplos disso, justamente pela falta de condições que os municípios oferecem a todas as pessoas.

Por isso quero dizer a esses prefeitos, assim como a inúmeros outros, que podem contar com o nosso apoio para a melhoria da infraestrutura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Romildo Titon, vice-presidente deste Parlamento e que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, tive o privilégio, a satisfação, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é médico, atua na área da Medicina, da oportunidade de, na manhã de ontem, lá no município de Criciúma, na nossa querida universidade Unesc, de participar da inauguração das Clínicas Integradas, também presentes o deputado Ronaldo Benedet e o deputado José Milton Scheffer.

Deputado Dóia Guglielmi, v.exa. que também tem lutado muito por aquela nossa universidade, pedi até que me passassem um *release* e um relatório especial de todos os procedimentos das Clínicas Integradas que foi inaugurada ontem lá na Unesc.

É um serviço de excelência, um serviço de grande inclusão social, que vem fazendo a diferença na vida de dezenas e milhares de pessoas não só de Criciúma, mas de toda a nossa região sul.

(Passa a ler.)

Clínicas Integradas

"As Clínicas Integradas têm como missão a assistência, o ensino e a pesquisa nas ciências da saúde. Nas clínicas integradas são oferecidos os diversos tipos de serviços. As modalidades de atendimento são através do +Saúde Unesc, SUS, Convênios e Particular.

O +Saúde Unesc agrega um conjunto de serviços cujo suporte à formação acadêmica na área da saúde resulta no atendimento à comunidade. O atendimento é exclusivamente ambulatorial e disponibilizado pelos cursos da área da saúde de forma gratuita à população que preencha os critérios socioeconômicos.

Podem usufruir do atendimento pelo +Saúde Unesc toda a comunidade de Criciúma e região, bem como o público interno da Unesc (professores, funcionários e alunos.)

O atendimento pelo +Saúde Unesc é oferecido em diversos serviços das Clínicas Integradas, e os números do primeiro semestre de 2012 são gratificantes.

No Serviço de Medicina, no ano de 2012, foram realizados 10.579 atendimentos nas mais diversas especialidades como: cardiologia, cirurgia geral e proctologia, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, clínica médica, dermatologia, endocrinologia, endocrinologia pediátrica, gastroenterologia, gastroenterologia pediátrica, geriatria, ginecologia, mastologia, medicina adolescente, nefrologia, neurologia, neurologia pediátrica, oncologia, ortopedia, pediatria, pediatria e puericultura, pneumologia, psiquiatria, reumatologia, traumatologia desportiva e urologia. Total de professores: 41.

No Serviço de Psicologia foram realizados 8.208 atendimentos. Além do atendimento psicoterápico, o serviço também oferece vários programas para atender à demanda existente: POP - orientação profissional, atendimento ao grupo de futsal, grupo de diabético, atendimentos psicopedagógicos. Total de professores: oito.

No Serviço de Fisioterapia foram realizados nas práticas fisioterápicas 4.708 atendimentos. Além das práticas, o serviço também realiza programas como: PAMIF, Reabilitação Pulmonar, Espirometria. Totalizando 5.677 no Serviço de Fisioterapia. Total de professores: sete.

No Serviço de Nutrição foram realizados 414 atendimentos. Além dos atendimentos individuais o serviço também realizou o Projeto Emagreça Feliz. Total de professores: três.

O Serviço de Enfermagem realizou 39.877 atendimentos. O serviço também oferece vários programas para atender à demanda existente: o SOS, que realizou 739 atendimentos, Colostomia - Ostomas, Saúde da Mulher (grupo de ansiedade e terapias alternativas). Total de professores: 22.

Serviço de Odontologia (em implantação). Atividades desenvolvidas pelas clínicas de Odontologia: exame oral, higiene oral supervisionada, aplicação tópica de flúor, aplicação de selante, aplicação de botox com finalidade terapêutica, tratamento de disfunção temporomandibular, raspagem, alisamento e polimento das arcadas dentárias, cirurgias periodontais, RX periapical, panorâmica, tele-radiografia, tomografia, clareamento dental;

restaurações dentárias diretas e indiretas, tratamentos endodônticos de dentes permanentes e decíduos, extração de dentes, cirurgias de pequeno porte, próteses fixas e removíveis, próteses totais, ortodontia preventiva.

A Farmácia Solidária realizou durante este semestre 17.382 atendimentos. Total de professores: dois.

SUS - Esse serviço é oferecido por meio de um convênio entre a Unesc e o Sistema Único de Saúde, por meio do qual são realizados atendimentos gratuitos nas especialidades: preventivo ginecológico, imunização (Prefeitura Municipal de Criciúma), Núcleo de Prevenção e Violência (NUPREVIPS) - (Prefeitura Municipal de Criciúma), Automonitoramento Glicêmico Capilar - AMGC (Prefeitura Municipal de Criciúma), Colostomia - Ostomas.

Faz parte também dessa parceria a Farmácia Escola, que realizou 17.411 atendimentos.

Total de atendimentos no ano de 2012: 102.994."

Deputado Romildo Titon, v.exa. que por vários mandatos exerce a condição de deputado estadual neste Parlamento sabe da importância da integração dessas clínicas, oportunizando a condição de acesso às famílias, às pessoas mais carentes e necessitadas. É um trabalho de excelência. E esse é o papel da universidade. Quer pública ou privada, criada por fundação municipal ou não, ela precisa ter a vertente social.

É muito gratificante para nós como homens públicos, e aqui teve a participação efetiva o governo do estado. E queremos agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira que esteve na inauguração juntamente com o secretário-adjunto da Saúde, Acélio Casagrande. Foram disponibilizados recursos do estado, que passou pela aquiescência deste Parlamento, dos 40 pares deputados, como forma de identificar as necessidades prementes da sociedade, oportunizando essa condição às pessoas menos assistidas no sistema de saúde existente hoje no Brasil.

É claro que temos muitas deficiências, mas essa vertente inovadora é um exemplo a ser

seguido pelas demais universidades vinculadas ao sistema Acafe e demais universidades elencadas dentro do rol das universidades privadas, para que busquem essa característica dentro de sua dimensão, oportunizando a condição da vertente social a essas pessoas menos favorecidas.

Vejo com muita expectativa o papel da universidade, que é buscar a ciência, pesquisa, desenvolvimento, inovação, tecnologia, aprimorar o banco de dados e oferecer esse serviço, esse banco de dados à iniciativa privada, à população, para que ela possa crescer, desenvolver-se e cada vez mais aprimorar os seus valores, preservando evidentemente as características de cada região, suas autonomias, mas acima de tudo proporcionando a condição de cada vez mais buscar, sem sombra de dúvidas, a melhor qualidade de vida do seu povo e da sua gente, porque afinal de contas são esses que pagam os impostos, são esses os merecedores dessa assistência.

É isso, sr. presidente e srs. deputados, e por essa razão que tenho a honra de fazer parte desse discurso, desta tribuna, dessa família, da nossa universidade do extremo sul catarinense. E parabênz o reitor Gildo Volpato, seu vice-reitor Márcio Antônio Fiori e toda a sua equipe de professores.

Esse movimento, sr. presidente, deputado Romildo Titon, coroado de êxito, culminou nesse serviço de excelência, disponibilizado à sociedade criciumense, de toda região sul e até mesmo de todo o estado de Santa Catarina...

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI EM HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Lamenta que ainda exista muita violência contra a mulher.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Exalta as qualidades da mulher em todas as áreas.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Traça o perfil das mulheres homenageadas.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Lembra o longo caminho a percorrer para a completa emancipação feminina.

ELISABETE SILVA DE OLIVEIRA - Expõe as prioridades do Cedim.

SECRETÁRIA ADA DE LUCA - Exalta as conquistas femininas nos últimos anos.

SECRETÁRIA REGIONAL SIMONE SCHRAMM - Em nome das homenageadas, agradece a homenagem da Alesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Reno Caramori e Dirceu Dresch para recepcionarem as autoridades que comporão a mesa dos trabalhos.

Excelentíssima secretária de estado da Justiça e Cidadania, deputada Ada De Luca; (Palmas)

Excelentíssima deputada estadual e coordenadora da bancada feminina, Luciane Carminatti;

(Palmas)
Excelentíssima senhora deputada estadual Dirce Heiderscheidt;

(Palmas)
Excelentíssima senhora deputada estadual Ana Paula Lima;

(Palmas)
Excelentíssima senhora deputada estadual Angela Albino;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor segundo-vice-presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador Jerônimo Alves Ferreira, neste ato representando o presidente daquela Casa, vereador César Luiz Belloni Farias.

(Palmas)

Agradeço aos deputados Reno Caramori e Dirceu Dresch e solicito que ambos tomem seus assentos.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação das deputadas Luciane Carminatti, Angela Albino, Dirce Heiderscheidt e Ana Paula Lima, aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)
(Palmas)
Esta Presidência destaca e agradece a presença das seguintes autoridades:

Ex-deputada estadual Alba Schlichting;
Ex-deputada estadual Simone Schramm;
Senhora coordenadora municipal de Políticas Públicas da Mulher de Florianópolis, Alana Grandó Rauen, neste ato representando o prefeito Cesar Souza Júnior;

Senhora coordenadora do Projeto Raabe Santa Catarina, Rosângela Alves;

Senhora Miriam Darós, neste ato representando o deputado estadual Neodi Saretta;

Professor Salomão Mattos Sobrinho, representando neste ato o secretário do Continente de Florianópolis, João Batista Nunes;

Senhora Nuance Carla de Lima, presidente do Movimento Mulheres em Ação - MEA;

Senhora presidente do T-Amar de Santa Catarina, Adriane Sena;

Escola Bíblica Infantil Jussara Sacramento;

Senhora presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis, Iara Regina Miotti;

Senhor presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, Abrajat/SC, Alberto Gonçalves;

Senhora presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Elisabete Silva de Oliveira;

Senhora vice-presidente da Câmara Municipal de Joinville, vereadora Márcia Léia Rocha, neste ato representando o presidente da Casa, vereador João Carlos Gonçalves;

Senhor prefeito do município de Iporã do Oeste, Hilton Pedro Vogt;

Senhora superintendente do Esporte, Andréia Grandó, neste ato representando a prefeita do município de São José, Adelianna Dal Pont;

Senhora diretora da União Brasileira de Mulheres - UBM -, Simone Lollato.

Esta Presidência agradece a presença de todas as demais autoridades que porventura não tenham sido citadas ou não tenham se identificado ao protocolo.

Senhoras e senhores, como é de praxe nesta Casa, o deputado proponente das sessões especiais e solenes é sempre convidado a coordená-la.

Esta sessão, como já anunciamos, foi encabeçada pelas quatro parlamentares com assento nesta Casa, que estão sendo coordenadas pela deputada Luciane Carminatti este ano.

Neste momento, é com alegria que passo a condução dos trabalhos à deputada Luciane Carminatti, coordenadora da bancada feminina desta Assembleia Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciana Carminatti) - Boa-noite a todas as mulheres aqui presentes, boa-noite a todos.

Quero, para iniciar a nossa sessão especial, convidar a deputada Ana Paula Lima para fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Senhora presidente desta sessão especial e da bancada feminina da Assembleia Legislativa, deputada Luciane Carminatti;

Senhora deputada Ada De Luca, a quem cumprimento com muito carinho e respeito, que tem a responsabilidade e a missão de ser secretária de estado da Justiça e Cidadania;

Senhora deputada estadual Dirce Heiderscheidt;

Senhora deputada estadual Angela Albino;

Senhor vereador Jerônimo Alves Ferreira, representando a Câmara de Vereadores da capital do estado de Santa Catarina;

Senhores deputados Reno Caramori, Dirceu Dresch e a sempre deputada Simone Schramm;

Senhoras e senhores que se fazem presentes.

(Passa a ler.)

"Sra. presidente, gostaria de chegar aqui hoje neste espaço de confraternização com o coração transbordando de alegria. É momento de reconhecemos o trabalho realizado por mulheres que por aqui passaram e defenderam uma sociedade mais justa e igualitária.

Nosso carinho e reconhecimento às deputadas Antonieta de Barros, Ingeborg Colin Barbosa Lima, Luci Choinacki, Ideli Salvatti, Odete de Jesus, Alba Schlichting e Simone Schramm.

Contando com as cinco parlamentares desta legislatura, somamos 12 deputadas numa história de 179 anos da Assembleia Legislativa. Poucas, mas valorosas.

Relembrar todas as parlamentares que estiveram nesta Casa Legislativa e a importância do trabalho de cada uma na construção de nossa história traz-nos à memória tempos difíceis, nos quais pouquíssimas mulheres ousavam acreditar que hoje estaríamos conquistando espaços tão importantes de poder e decisão, a exemplo de nossa presidente Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o primeiro posto no Brasil.

Todas as vezes que lembro o dia em que nossa presidente foi empossada, mais acredito na máxima de que nós, mulheres, podemos e podemos muito. Nos últimos dez anos provamos que se há investimento em políticas públicas para as mulheres, há melhoria na qualidade de vida de toda a família e há desenvolvimento local.

Senhoras e senhores, penso que este Parlamento fez uma grande homenagem à deputada Antonieta de Barros quando instituiu o Programa Antonieta de Barros, coordenado pela nossa querida Marilú, funcionária da Casa, carinhosamente chamado de PAB. Com ações afirmativas, o PAB vem incluindo, através da educação e do trabalho, a juventude de nossas comunidades carentes.

São ações inovadoras como essa que possibilitam construirmos uma sociedade com igualdade de direitos e oportunidades. E por que não um PAB também no Judiciário e no Executivo, que priorize nossas meninas em situação de vulnerabilidade social? O Parlamento catarinense deu um bom exemplo e queremos estendê-lo para outros poderes.

Ao começar este pronunciamento afirmei que gostaria de estar com meu coração transbordando de felicidade. Quero que entendam que estou feliz, sim, em poder homenagear essas mulheres maravilhosas, mas eu ficaria muito mais feliz se hoje pudesse anunciar que todas as mulheres de Santa Catarina em situação de risco em função de violência doméstica estão, junto com seus filhos, sob a proteção do estado.

Gostaria de chegar nesta tribuna e dizer que temos delegacias especializadas em proteção à mulher em cada município catarinense, em cada grande região, que atendem somente às mulheres.

Senhoras e senhores, em 2012 os relatórios da secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina apontam números de boletins de ocorrência com relação à violência doméstica contra a mulher em Santa Catarina. Somam, no total: 20.487 boletins por ameaça; 10.860, por lesão corporal; 34 mil, por homicídio doloso; 3.394 inquéritos por ameaça; 2.452 por lesão corporal; e sete apenas por homicídio doloso.

O que me conforta neste dia é que em poucos anos avançamos muito, comparado a séculos de opressão, com discriminações e preconceitos, pois mais e mais mulheres vêm aderindo ao nosso movimento. É por isso que estamos aqui.

Sonho, senhoras e senhores, que daqui a 20 anos seja impossível homenagear nossas parlamentares neste plenário, pois o espaço não será suficiente para tantas delas.

É isso que desejamos!

Sonho com mulheres e homens livres e felizes!

Se me permitem, gostaria de terminar a minha fala com um vídeo e algumas considerações da nossa poetisa Cora Coralina:

Tenho consciência de ser autêntica e procuro superar todos os dias a minha própria personalidade, despedaçando dentro de mim tudo que é velho e morto, pois lutar é a palavra vibrante, que levanta os fracos e determina os fortes.

O importante é semear, produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade.

Procuo semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança.

Penso no que faço, com fé.

Faço o que devo fazer, com amor.

Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

E eu, senhoras e senhores, quando vim para este Parlamento, juntamente com as demais colegas, decidi lutar, assim como vocês, para que todas as mulheres sejam livres e felizes.

Essa é a nossa homenagem a essas maravilhosas mulheres, essas 12 mulheres que passaram por este Parlamento e que fizeram história nesta Casa."

Solicito à assessoria que proceda à exibição do vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Por isso, sra. presidente, o sonho é que homens e mulheres sejam livres e felizes.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido para tomar assento à mesa a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Elisabete Silva de Oliveira.

Registramos, com prazer, a presença da vereadora do município de Bom Retiro, Lúcia de Fátima Boeira Machado Scotti.

Convido, neste momento, a deputada Dirce Heiderscheidt para fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Boa-noite, sra. presidente, deputada Luciane Carminatti.

Gostaria de saudar a nossa secretária, deputada Ada De Luca, a deputada Ana Paula Lima, a nossa amiga e deputada Angela Albino, o bispo que hoje está aqui nos prestigiando neste momento tão especial para nós, mulheres, bem como o deputado Reno Caramori.

Faço uma saudação muito especial a todas vocês, homenageadas e também às não homenageadas, às nossas grandes guerreiras da noite.

(Passa a ler.)

"É com grande alegria que homenageamos estas mulheres de luta, deputadas estaduais, que fizeram história nesta Casa e que a todas nós serviram como exemplo e incentivo para abraçarmos a vida pública, já que foram as nossas grandes incentivadoras.

Através de suas ações demonstraram que é possível e que nós, mulheres, podemos e devemos ocupar cargos públicos e cada vez mais estar presentes nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras, na Câmara dos Deputados e no Senado,

Pela primeira vez na história do nosso país elegemos uma mulher presidente da República, o que, sem dúvida, é um exemplo

singular para todos nós, brasileiros e brasileiras, e para o mundo de que as mulheres têm capacidade, competência e sabedoria para conduzir os rumos de um país tão grande e diversificado como o nosso querido Brasil.

Provamos que somos capazes e, portanto, devemos contribuir cada vez mais com a criação de leis, projetos e ações que favoreçam as mulheres que ainda estão à margem da sociedade. Mulheres que precisam ter acesso a políticas públicas que lhes garantam uma vida mais digna, mais segura e com direitos iguais em todas as áreas e atividades em que atuar.

Nossa bancada feminina tem, de todas as formas, trabalhado para o bem-estar das mulheres, seja através de projetos de leis ou da realização de eventos que contribuem para acabar de uma vez por todas com todas as formas de preconceito contra as mulheres, atuando também para amenizar as várias formas de violências de que as mulheres são vítimas em nosso país.

Recentemente, um projeto de lei de minha autoria foi aprovado nesta Casa e sancionado pelo governador, tornando-se a Lei n. 15.974. Essa lei dispõe sobre a divulgação do serviço de disque-denúncia nacional de violência contra a mulher no âmbito do estado de Santa Catarina.

O nosso gabinete também realizou recentemente a produção de uma cartilha, que hoje está sendo distribuída a todas vocês, cuja finalidade é orientar as mulheres vitimizadas pela violência doméstica.

Essas iniciativas, senhoras e senhores, são algumas das nossas contribuições, como deputada, para fortalecer ainda mais a luta em favor das mulheres catarinenses, mas muitas outras ações ainda faremos para o bem-estar de todas nós.

Finalizando, parabeno todas as homenageadas, desejando-lhes saúde e felicidades e que continuem sendo para todas nós exemplos de dignidade, trabalho e coragem.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido para fazer uso da palavra a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-noite a todos e a todas, é uma alegria receber todos vocês na noite de hoje.

Cumprimento a deputada Luciana Carminatti, que preside os trabalhos, da mesma forma quero cumprimentar as deputadas Ana Paula Lima, Dirce Heiderscheidt, a nossa secretária Ada De Luca, o nosso vereador Jerônimo e também a Bete, que faz parte do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Querida cumprimentar também, se me permitem, a professora Nair, e em nome dela a Associação de Mulheres Antonieta de Barros, que em 1935 foi a primeira mulher negra eleita para um Parlamento no país, apenas três anos após a instituição do voto feminino. Cumprimento ainda a dona Uda, sempre a nossa grande dama do morro da Caixa d'Água de Florianópolis.

(Passa a ler.)

"Ao tempo que exaltamos os 80 anos da conquista do voto feminino, cumpre a este Parlamento fazer o resgate histórico da importância da participação feminina nos espaços de poder.

Compete a nós, deputadas da bancada feminina - e faremos sempre em todos os espaços nos quais pudermos propor esse debate -, dar visibilidade à importância da inclusão, da emancipação e do empoderamento das mulheres catarinenses e brasileiras.

Utilizamos este momento solene para agradecer e parabenizar a história e a luta dessas bravas mulheres que ocuparam cadeiras neste Parlamento. Mas aproveitamos também, esta

tribuna para evidenciar o gritante contraste existente entre a participação de mulheres e homens nesta Casa do Povo, que continua sendo majoritariamente masculina.

Da primeira legislatura à atual, foram apenas 12 deputadas, entre titulares e suplentes, que ocuparam vaga neste Parlamento. Foram elas: Antonieta de Barros, Ingeborg Colin Barbosa Lima, Luci Choinacki, Ideli Salvatti, Odete de Jesus, Alba Schlichting, Simone Schramm, Ada De Luca, Ana Paula Lima, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e Angela Albino, ou seja, desde 1834, quando a Assembléia Legislativa Provincial foi criada, até 2013, em 179 anos de história da Assembleia Legislativa de Santa Catarina tivemos apenas 12 mulheres que ocuparam este Parlamento! Repito: apenas 12 mulheres!

Por isso, homenagear e destacar o trabalho que essas mulheres desempenharam neste Parlamento não é qualquer coisa. É dizer que as senhoras foram nossas protagonistas, seja enfrentando os mais variados preconceitos, seja pela origem, seja pela formação, seja pela história, seja pela raça, seja simplesmente pelo fato de ser mulher. Superaram obstáculos e aqui, neste plenário, nas comissões e perante a sociedade souberam propor os debates, firmaram-se como lideranças capazes, lutaram pela defesa das mulheres e por uma sociedade mais justa.

A elevada concentração de poder econômico e político são características da nossa República, onde ainda reina a apropriação privada da coisa pública e o clientelismo. As conquistas das mulheres se dão nos períodos de expansão democrática, com apoio dos setores avançados da sociedade e por pressão das próprias mulheres.

Hoje temos uma presidente da República, diversas ministras de estado, um ministério específico para tratar as políticas para as mulheres, uma política de estado que propicia a inclusão e a participação das mulheres. Além disso, temos a Lei Maria da Penha como instrumento importantíssimo para coibir a violência contra a mulher.

Por isso, penso que vivemos um momento crucial para subverter os valores estratificados e aprofundar o processo de desenvolvimento e ampliação da democracia. Mas, para democratizar a estrutura política brasileira, um dos elementos decisivos é a incorporação das mulheres nas instâncias de poder e decisão.

Mas como encontrar uma perspectiva de poder? Como construir seu empoderamento? Como ampliar o recrutamento feminino para uma maior participação política? Certamente, uma série de políticas públicas é imprescindível para reafirmar a autoestima da mulher como a articulação de redes de apoio que viabilizem e reforcem a participação feminina.

Essencial nessa estratégia é a construção e a aprovação de uma reforma política sobre a ótica de gênero. Nós, mulheres, somos 51% da população e elegemos apenas cerca de 10% das vagas de deputados. Nesta Casa temos 10% das cadeiras, e essa é a maior bancada feminina da história do Parlamento catarinense. Mas precisamos avançar muito mais.

O pano de fundo que reproduz a sub-representação e impede a expansão das mulheres nos espaços de poder reside na manutenção do financiamento privado das campanhas e no modelo de eleição proporcional com lista aberta pós-ordenada. Uma reforma política ampla e democrática é fundamental no quadro geral de acúmulo de forças e de avanços na luta estratégica para as transformações.

Não permitamos retrocessos nem contrarreformas. A emancipação das mulheres é componente decisivo na democratização da estrutura política do estado brasileiro e, portanto, não pode ser vista apenas como direito, mas como dever do estado e da sociedade."

Por fim, lembramos aqui, senhores e senhoras, que sempre que o estado se separa do seu princípio mais importante, que para nós, mulheres, é muito caro, que é o estado laico, somos queimadas na fogueira.

Por isso aproveito a sessão especial da noite de hoje para manifestar, em nome do PCdoB e muito particularmente em meu nome, o desejo de que não tenhamos à frente da importante Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal uma pessoa sabidamente, declaradamente, homofóbica e racista. Que este momento sirva também de repúdio a essa indicação.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Luciane Carminatti) - Passo, neste momento, a condução da mesa à deputada Dirce Heiderscheidt, para que possa fazer minha manifestação.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar a deputada Dirce Heiderscheidt, que preside a sessão neste momento; o bispo Jerônimo; a coordenadora do Conselho dos Direitos da Mulher, Elisabete; minhas colegas, deputadas Ana Paula Lima, Angela Albino e Ada De Luca.

Cumprimento também o prefeito Hilton; o deputado Reno Caramori, que está representando a bancada masculina, que é muito grande nesta Casa; todas as mulheres homenageadas, as lideranças, enfim, todos que acompanham esta sessão.

O dia 8 de março é comemorado desde o início do século XX. Homenagear as deputadas, as ex-deputadas, é manter viva a história de cada uma, é fazer um resgate da memória das mulheres que se desafiaram a ocupar novos espaços na construção de uma sociedade mais justa.

Quero, neste momento, destacar algumas características destas mulheres, estas poucas mulheres que por aqui passaram.

Antonieta de Barros era do Partido Liberal Catarinense e esteve nesta Casa no período entre 25/03/1947 e 31/01/1951. Foi a primeira mulher e negra a ocupar uma vaga no Legislativo catarinense. Professora, conquistou milhares de votos, mas teve sua carreira interrompida com a instituição do Estado Novo. Voltou na legislatura de 1947 a 1951, pelo PSD, e faleceu em 1953.

Ingeborg Colin Barbosa Lima pertenceu ao Partido Trabalhista Brasileiro e ocupou uma cadeira neste Parlamento no período compreendido entre 01/02/1959 e 31/01/1963. Nascida em Joinville, atualmente está com 92 anos de idade e ainda reside no seu município de origem.

No período de 1963 até 1987 não tivemos nenhuma mulher nesta Casa, portanto, um hiato de 24 anos, até que em 1987 elegemos a primeira agricultora deputada, a nossa querida Luci Choinacki, que hoje é deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores.

A legislatura de 1991 a 1995 também só contou com a participação masculina e a seguir tivemos por dois mandatos nesta Casa a professora Ideli Salvatti, do PT, única mulher eleita para o período de 1995 a 1999 e também em 1999 a 2003.

Desde o período de deputada, a, depois, senadora Ideli Salvatti e, hoje, a ministra Ideli Salvatti, tem sido ininterrupto o quadro parlamentar feminino nesta Casa, ou seja, sempre tivemos a representação de uma mulher.

De 1999 até 2011 tivemos mais uma professora, a deputada Odete de Jesus, do PTB. Já na 15ª Legislatura tivemos a deputada Alba Schlichting, do PSD, que foi suplente e assumiu por um mês em 2007. Na 15ª Legislatura também

tivemos Simone Schramm, do PMDB, de 2003 a 2007.

Em todos os anos deste Parlamento sete mulheres ocuparam e hoje quatro ocupam uma cadeira na Assembleia Legislativa. Apesar de sermos poucas é a legislatura com mais mulheres até então. Hoje 10% das parlamentares são mulheres em Santa Catarina. Sabemos que muitas se candidatam, porém o número de eleitas não aumenta de forma significativa.

Por quê? Por vários problemas que já foram, inclusive, citados pelas deputadas que me antecederam. Um dos grandes problemas que afastam as mulheres da política é o nosso sistema eleitoral com listas abertas e com altos gastos de campanha. Aliás, o Brasil é um dos países que tem o custo de campanha mais alto do mundo, o que cria uma configuração política que desfavorece, com certeza, as mulheres que tratam a política de um jeito diferente, não como negócio, mercadoria e um espaço de grandes efeitos.

Estimular a ampliação da participação das mulheres nos partidos políticos e no Parlamento e nas suas instâncias de poder e decisão são fundamentais para propagar a máxima: lugar de mulher é na política e não na cozinha!

A reforma política é de fato a oportunidade para avançarmos no processo de democratização do país. O lugar da mulher na reforma política é para além da paridade das cotas. A reforma política que defendemos precisa garantir financiamento público de campanha, lista fechada pré-ordenada e paridade entre homens e mulheres, mas só vamos avançar dependendo do nível da mobilização que nós, mulheres, implementarmos, como também da pressão social que conseguirmos fazer.

A Câmara dos Deputados aprovou e recomenda a todos os estados e municípios do país a instituir a Procuradoria Especial da Mulher, cuja principal missão é proteger a mulher brasileira no combate de todas as formas de violência e discriminação, de lutar pela aplicação da Lei Maria da Penha, de discutir a reforma política com foco no empoderamento feminino.

Enfim, está posto o desafio para esta Casa e para os municípios: apresentar projetos de lei para criar esse mecanismo de denúncia e articulação de uma rede efetiva de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Afinal, o fato de termos uma presidente da República mulher o que significa para nós, mulheres? Significa que mais mulheres se aproximam ou se afastam da política. Significa que temos um olhar feminino nas políticas públicas. Significa que mulher é capaz. Mulher não chora ou chora e governa. Qual é o debate que queremos fazer sobre a participação da mulher?

Nesse sentido vale uma grande reflexão: o que tem acontecido com as mulheres que estão cada vez mais na política, mas se afastando do espaço do poder?

Nós somos quatro deputadas, mas se considerarmos o número de mulheres eleitas na última eleição, continuamos perpetuando a média de uma vereadora eleita por município, poucas prefeituras, pouquíssimas vice-prefeitas.

Então, é um grande desafio colocado para as mulheres e nesse sentido a bancada faz essa homenagem justa e legítima para também servir de vitrine para que as mulheres tenham mais visibilidade, vontade, determinação e maior apoio dos partidos políticos e possamos com isso ter uma sociedade mais justa e democrática construída por homens e mulheres.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Passo novamente a condução dos trabalhos à deputada Luciane Carminatti.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido, neste momento, a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem às ex-parlamentares que se destacaram na luta emancipacionista feminina, no desafio de ocupar novos espaços e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Convido a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazer a entrega da homenagem à sra. Uda Gonzaga, presidente da Associação Antonieta de Barros, acompanhada de sua diretoria, neste ato representando *in memoriam* a parlamentar Antonieta de Barros, primeira deputada estadual catarinense que assumiu a cadeira de deputada, primeiramente em 1935, três anos após a instituição do voto feminino, e também no período de 1947 a 1951.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazer a entrega da homenagem à sra. Odete de Jesus, deputada estadual eleita por três mandatos, de 1999 a 2003, de 2003 a 2007 e de 2007 a 2011, neste ato representada pela sra. Simone Schramm.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Ana Paula Lima para fazer a entrega da homenagem à deputada federal Luci Choinacki, deputada estadual no período de 1987 a 1991, neste ato representada pela sra. Rosa Garcia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Ana Paula Lima para fazer a entrega da homenagem à sra. secretária de Desenvolvimento Regional de Joinville, Simone Schramm, deputada estadual no período de 2003 a 2007.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Angela Albino para fazer a entrega da homenagem à sra. Elisabete Silva de Oliveira, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, neste ato representando a sra. Ingeborg Colin Barbosa Lima, joinvilense e segunda mulher a ocupar uma vaga no Parlamento catarinense, no período de 1959 a 1963.

A sra. Ingeborg Colin Barbosa Lima encaminhou uma justificativa de sua ausência.

(Passa a ler.)

“Desejo inicialmente deixar registrado o meu sincero agradecimento por ter sido incluída na seleta lista das homenageadas desta noite.

Eventos como esse nos levam a fazer uma retrospectiva de nossa vida pública, e foi por isso que o convite para participar dessa sessão especial pela passagem do Dia Internacional da Mulher me proporcionou a retrospectiva de minha vida pública, nestes meus 92 anos de idade, vindo à mente os obstáculos vencidos, as escolhas feitas, tendo como norte o que acreditava ser justo e correto e como baliza nesta caminhada valores morais e éticos, os quais, penso, são inerentes também aos nobres parlamentares dessa Casa.

Infelizmente, os 92 anos de idade também me impõem limitações tanto físicas quanto emocionais, as quais me impedem de estar hoje presente para poder compartilhar a honra de ter feito parte dessa ilustre Assembleia Legislativa.

À coordenadora da bancada feminina da Alesc, deputada Luciane Carminatti, e a todos os responsáveis por esse evento o meu muito obrigado pela honraria prestada e um cordial abraço, desejando ainda que a emoção que me foi proporcionada de igual forma seja também irradiada aos demais presentes.

(a) Inge Colin”

(Palmas)

Convido a sra. deputada Angela Albino para fazer a entrega da homenagem à sra. Alba Schlichting, deputada estadual em 2007.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Luciane Carminatti para fazer a entrega da homenagem à sra. Miriam Darós, neste ato representando a sra. ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, deputada estadual no período de 1995 a 2003.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento o coral da Assembleia Legislativa brindará todos com a interpretação da música *Como é grande o meu amor por você*, de Roberto Carlos.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido para fazer uso da palavra a sra. Elisabete Silva de Oliveira.

A SRA. ELISABETE SILVA DE OLIVEIRA - Em nome do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Cedim, cumprimento o deputado Joares Ponticelli, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e em seu nome cumprimento todos os parlamentares desta Casa.

Estendemos nossa saudação especial à sra. deputada Luciane Carminatti, coordenadora da bancada feminina, e a todos os presentes neste ato.

(Passa a ler.)

“Senhoras e senhores, o dia 8 de março foi instituído como Dia Internacional da Mulher em homenagem às trabalhadoras tecelãs mortas por lutarem por melhores condições de trabalho. A rigor, o dia 8 de março deveria promover mais reflexões do que celebrações, já que ainda vivemos numa sociedade machista, preconceituosa, em que sobrevivem diferenças salariais determinadas pelo sexo, com instituições organizações e associações nas quais as mulheres continuam com sua participação vedada e com poucas possibilidades de assumir funções consideradas superiores e ditas masculinas.

A luta das mulheres por um mundo melhor, mais justo e igualitário é milenar e reafirma-se a cada dia.

De acordo com o relatório 2009/2010 do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, cujo tema/foco foi *Mulheres, Poder e Decisão*, as mulheres representam mais da metade da população e do eleitorado, têm maior nível de escolaridade, representam quase 50% da população economicamente ativa do país, mas não chegam a 20% nos governos municipais e estaduais, nas secretarias do primeiro escalão do Poder Executivo, no Judiciário, nos sindicatos e nas reitorias.

Estudo da Secretaria de Políticas para as Mulheres avalia ainda que o problema da baixa participação de mulheres em espaços de poder tem relação estreita com o limitado acesso feminino à esfera pública. Mas, acrescenta o documento, essa não é a única explicação. Fatores culturais estão entre as principais causas desta disparidade: a cultura de divisão sexual do trabalho, o não-compartilhamento de tarefas domésticas e familiares e o preconceito de gênero, entre outros fatores.

O Brasil do século XXI mostra avanços na vida das brasileiras. As mulheres brasileiras se voltam para um debate sobre a necessidade de implementar políticas de estado capazes de contribuir para o enfrentamento de todas as formas de violência, para a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, para o combate de todas as formas de racismo, homofobia, intolerância religiosa, para a prevenção, denúncia e punição de crimes, tráfico de mulheres e escravidão sexual. E para a concretização dessas

bandeiras não há outro caminho: as mulheres precisam estar no centro da ação política.

É certo que nós, mulheres, ainda não conseguimos alcançar a representatividade política necessária para erradicar as desigualdades de gênero, raça e etnia tão latentes na sociedade brasileira. É certo também que a política sempre foi um espaço masculino, construído historicamente pelos homens e para os homens. Às mulheres cabe o compromisso de mudar esse cenário.

É fundamental colocarmos as nossas lutas na agenda política do nosso estado, construir uma consciência coletiva da importância da participação da mulher na política. Precisamos eleger mais mulheres nos sindicatos, nos conselhos, mais prefeitas, mais vereadoras, mais deputadas, mais senadoras, mais governadoras e presidentes. Precisamos consolidar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres em Santa Catarina; precisamos que parte dos recursos do Fundo Partidário sejam utilizados pelos partidos para formação política das mulheres; precisamos que mais mulheres consigam entrar no espaço de visibilidade e contribuam na construção e efetivação de políticas para as mulheres, a exemplo das homenageadas de hoje: Antonieta de Barros, Ingeborg Colin Barbosa Lima, Luci Choinacki, Ideli Salvatti, Odete de Jesus, Alba Schlichting, Simone Schramm e tantas outras mulheres organizadas, que no campo, na cidade, nos movimentos sociais lutam para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária.

O Conselho Estadual de Direitos da Mulher acredita que não dá para retroceder, há, sim, um longo caminho ainda a ser percorrido, mas inclusão, empoderamento e autonomia devem estar na pauta e nos discursos de quem, como nós, faz a interlocução sobre as questões de gênero, de equidade e de transversalidade de gênero como forma de diminuir as desigualdades e as discriminações contra a mulher.

Homenagear é preciso, mas a luta se faz com a participação e o espaço que a mulher constrói na sociedade”.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convidamos para fazer uso da palavra a deputada Ada De Luca, secretária de estado da Justiça e Cidadania, representando o governo do estado de Santa Catarina.

A SRA. SECRETÁRIA ADA DE LUCA - Prezada deputada Luciane Carminatti, coordenadora da bancada feminina, que muito nos orgulha; deputada Dirce Heiderscheidt, palhocense que também nos orgulha; deputada Ana Paula Lima, que orgulha não só Blumenau, mas Santa Catarina, assim como a deputada Angela Albino.

Caro deputado Reno Caramori, de tantos deputados que temos nesta Casa, somente v. exa. está presente e por isso o saudamos.

Nosso vereador Jerônimo Alves Ferreira, que aqui representa a Câmara Municipal de Florianópolis; prezada presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Elisabete Silva de Oliveira, a quem parabeno pelo discurso.

Senhoras homenageadas, não homenageadas, todas as guerreiras presentes e também as ausentes.

(Passa a ler.)

“É com grande satisfação que, como filha, mulher, esposa, mãe, avó, deputada e atualmente exercendo cargo de secretária de estado da Justiça e Cidadania, única mulher no colegiado do governo, venho aqui hoje, em nome do governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, e em nome de todas as mulheres que represento, falar alguns minutos sobre a importância da participação feminina na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas oficializou o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. A consagração da data é o reconhecimento de um longo processo de organização e conscientização das mulheres e de toda a sociedade na maior parte do mundo e de sua luta em busca de igualdade.

Este ano a Organização Mundial da Saúde escolheu como tema oficial da celebração da data a seguinte premissa: O desenvolvimento econômico e social deve estar fundamentado no princípio da igualdade entre os gêneros.

Mas por que essa preocupação da Organização Mundial da Saúde? A resposta está nas pesquisas e nos números.

A saúde da mulher é objeto de incertezas, inclusive porque em muitas sociedades ela se encontra em desvantagem devido à discriminação condicionada a fatores socioculturais. Pessoas do sexo feminino, por exemplo, em vários países, são mais vulneráveis ao vírus da Aids. Um fator que contribui para essa desigualdade é que em muitas sociedades as mulheres tendem a ser menos escolarizadas e, conseqüentemente, têm menos oportunidades de trabalho.

A pobreza e outros determinantes sociais são obstáculos à saúde de ambos os sexos, mas a particular vulnerabilidade das mulheres, também devida a funções domésticas, pode predispor-las a um risco maior.

Contribuem para esse cenário também a violência física, sexual e psicológica contra a mulher, bem como as deficiências de atenção exclusiva que devem receber devido às funções reprodutivas.

Em 2007, fui autora da Lei n. 14.082, que incluiu a Semana de Saúde da Mulher no calendário de comemorações oficiais de Santa Catarina”.

Juro, mas não tendo tido tempo para ver se está sendo cumprida ou não. A verdade é que no Brasil há boas leis, o que precisamos é exigir que sejam cumpridas.

(Continua lendo.)

“Em 2010, também propus a Lei n. 15.142, que institui a data 25 de novembro como o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Enfim, a proteção da mulher já foi pauta de inúmeras leis instituídas em Santa Catarina e não nos cabe aqui, neste momento, enumerar cada uma delas. Somente temos que ter atitudes firmes, coerentes, responsáveis, não mais conosco, mas com nossas filhas e netas, para que essas leis sejam cumpridas.

O que constatamos é que temos ainda uma extensa e longa jornada pela frente. Temos que eleger mais representantes femininas em todas as instâncias; temos que ter mais cargos públicos; temos que ter acesso ao poder para tomarmos decisões; e, finalmente, temos que exigir dos nossos municípios, do nosso governo, seja estadual ou federal, o empoderamento da mulher, porque somente assim teremos espaço.

Pelo que expomos, para ampliarmos a participação das mulheres na política precisamos da reforma política, e convoco todas as mulheres para engajarem-se nesta proposta:

- Financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, que constitui uma medida da mais alta relevância e possibilita a inclusão das mulheres em melhores condições.

- Maior destinação do Fundo Partidário para a promoção e divulgação da participação das mulheres na política.

- Inserção de mulheres na mídia no horário partidário de forma justa, pois só assim a mulher terá garantia da igualdade.

- Participação de 50% de mulheres na composição das instâncias partidárias, como subdiretórios, diretórios e executivas.

Com essas propostas teremos uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais humana.

Parabéns a nós, mulheres, guerreiras que somos e que não desistimos da luta. E, como dizia madre Tereza de Calcutá: ‘Tenhamos sempre presente que a pele se enrugá, que o cabelo se torna branco, que os dias se convertem em anos, mas o mais importante não muda: a nossa força interior’.”

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - Convido para fazer uso da palavra em nome das homenageadas, a secretária de Desenvolvimento Regional de Joinville, ex-deputada Simone Schramm.

A SRA. SECRETÁRIA REGIONAL SIMONE SCHRAMM - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, público presente nesta sessão, integrantes do coral da Alesc, funcionários desta Casa, homenageados.

(Passa a ler.)

“Parafraçando Victor Hugo, reafirmo que a mulher é o mais sublime dos ideais, cuja aspiração é a virtude extrema. No entanto, nada mais contraditório do que ser mulher. Mulher que pensa com o coração, mas não abre mão da razão, age pela emoção e vence pelo amor. Vive milhões de emoções num só dia e transmite cada uma delas num só olhar; que dá as asas e ensina a voar. Que sendo forte dá os ombros para quem neles precisa chorar.

Mulher, símbolo de sensibilidade, fonte eterna de amizade, pérola de inestimável valor, manancial de profundo amor, alma misteriosa, tem inexplicável poder de conciliar profissão, estudo, trabalho e lazer.

Toda mulher tem no seu íntimo uma magia própria de fazer acontecer, de dar um jeito em tudo, de dar o seu peito, de dar o seu colo, de fazer tudo muito bem feito.

Mestre na arte de amar, tem um dia especial para ser homenageada, mas mais importante do que instituir esse dia oficial é transformar cada dia em excepcional, é tirar total proveito de cada momento, agradecer que foi a eleita e retribuir com o merecido e incondicional respeito.

Ser mulher é viver mil vezes em apenas uma vida, é lutar por causas perdidas e sempre sair vencedora, é desconhecer a palavra recompensa.

Ser mulher é, acima de tudo, um estado de espírito, é ter dentro de si um tesouro e ainda assim dividi-lo com todos.”

Eu gostaria de fazer uma referência, por fim, a todas as deputadas que usaram a palavra e reiterar tudo que nesta noite foi dito por todas elas, pois desejo, sim, que a representação feminina nesta Casa se multiplique. Eu criei cinco mulheres. Hoje sou avó da Catarina e já estão chegando as trigêmeas da Cintia e do deputado Mauro Mariani.

Então, digo ao marido lá em casa que ele veio para servir as mulheres. E realmente procuramos dar aos nossos filhos e às nossas netas uma formação no sentido de que elas venham a transformar a sociedade onde vivemos. O nosso exemplo foi dado, o exemplo da minha mãe, de todas nós que aqui estamos, assim como de tantas associações e pessoas, através do seu trabalho voluntário.

Então, quero dizer que, como todas vocês, luto a cada dia e busco em cada momento a representação da mulher. Assim como a deputada Ada De Luca, eu, nos últimos dias, fui convidada pelo governador Raimundo Colombo para uma missão muito espinhosa: ocupar o cargo de secretária de Desenvolvimento Regional de Joinville e encontrei uma situação preocupante, com dez escolas interditadas.

Na questão do complexo prisional, eu posso avaliar o dia a dia da deputada Ada De Luca à frente da secretaria da Justiça, e ela foi uma grande parceira em todas as ações que vimos desenvolvendo lá.

Quero dizer que nós, mulheres, viemos para servir e não temos medo de desafios. Eu sabia que tinha que ter muita coragem para transformar. Pois bem: em 45 dias oito mil alunos já têm teto para buscar o seu conhecimento todos os dias. É verdade que deixei de dormir tranquila muitas noites de sono, mas tenho certeza de que muitas mulheres que aqui estão já se viram na mesma situação.

Então, quero parabenizar todas vocês e deixar a mensagem da importância da mulher em Santa Catarina. Termine o meu pronunciamento com as palavras do título da canção tão bonita que ouvimos aqui: *Como é grande o meu amor por vocês.*

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Luciane Carminatti) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, convidamos todos para, de pé, ouvirem a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 12 DE MARÇO DE 2013.

Às nove horas do dia doze de março do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima; Dirceu Dresch, Edison Andriano, Jean Kuhlmann, José Nei Alberton Ascari, Narcizo Parisotto, Serafim Venzon e Silvio Dreveck. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou os Projetos de Lei de nºs 0006.7/2013 e 0005.6/2013 e exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei de nº 0303.2/2012 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei de nº 0257.2/2011 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de Complementar de nº 0001.8/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou os Projetos de Lei de nºs 0395.0/2012 e 0003.0/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei de nº 0337.1/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0012.5/2013 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou os Projetos de Lei de nºs 0342.9/2012 e 0026.0/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0024.9/2012 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0005.1/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima; o Projeto de Lei Complementar de nº 0004.0/2013 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; O Ofício de nº 0648.9/2012 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; as Mensagens de Veto de nºs 0746/2012, 0792/2013, 0720/2013, 0787/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, as Mensagens de Veto de nº 0788/2012, 0780/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei Ascari; a Mensagem de Veto de nº 0789/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Róberio de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 12 de março de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às quinze horas do dia doze de março de dois mil e treze, reuniram-se, na sala de reunião das Comissões, os Senhores Deputados Narcizo

Parisotto, Jorge Teixeira, Gelson Merisio, Valmir Comin, Volnei Morastoni, Luciane Carminati, Moacir Sopelsa, Antonio Aguiar e Dóia Guglielmi, para instalação e eleição do Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Narcizo Parisotto, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentado o nome do senhor Deputado Dóia Guglielmi para o cargo de Presidente e não havendo inscrições para o cargo de Vice-Presidente, ficou em aberto para a próxima reunião ordinária Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido os mesmos eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Dóia Guglielmi Presidente eleito, agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu o apoio, e encerrou a reunião, da qual, eu, Soraia Beatriz Bacha Nascimento, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes.

Florianópolis em 12 de março de 2013.

Deputado Dóia Guglielmi
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Gelson Merisio
Deputado Valmir Comin
Deputado Volnei Morastoni
Deputada Luciane Carminati
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Antonio Aguiar

*** X X X ***

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da 2ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, realizada no dia 13 de março de 2013.

Às onze horas do dia doze de março do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Imprensa da Assembleia Legislativa, sob a Presidência do Deputado Antônio Aguiar, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Luciane Carminatti, Ismael dos Santos, Sargento Amauri Soares, Carlos Chiodini e Silvio Dreveck. O Presidente, deputado Antônio Aguiar, iniciou a reunião agradecendo a presença dos Deputados Membros da Comissão, da senhora Elza Moretto, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Educação, e da senhora Zelaide de Souza Philippi, Juíza Federal do Trabalho, e informou que a Comissão realizará as reuniões ordinárias quinzenalmente. Em seguida, apresentou o ofício da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, com encaminhamento da ata de Audiência Pública realizada no município, que discutiu o processo de municipalização do Colégio Estadual Ruth Nóbrega Martinez, localizado no bairro Miranda, e a reivindicação da regularização do transporte público escolar dos alunos da referida comunidade. Em seguida, o Presidente passou à leitura e votação do Projeto de Lei: PL/0328.0/2011, que teve pedido de vistas em gabinete apresentado pela Deputada Luciane Carminatti. E seguida, o Deputado *Silvio Dreveck* relatou o PL/0248.1/2012, que teve pedido de vistas em gabinete pela Deputada Luciane Carminatti. Posteriormente, a *Deputada Luciane* solicitou vistas em gabinete para os Projetos de Lei: PL/00354.2/2012, relator Ismael dos Santos; PL/0039.5/2012 e PL/0185.3/2011, relator Carlos Chiodini; e PL/0016.9/2012, relator Mauro de Nadal. Terminada a leitura e votação dos Ofícios e Projetos de Lei, o Presidente passou a palavra para a *senhora Elza Moretto*, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Educação, que cumprimentou a todos os presentes e agradeceu o espaço

disponibilizado para falar sobre o Fórum Estadual de Educação e a Conferência Nacional de Educação. Em seguida apresentou o senhor Gilberto Luiz Agnolin, o senhor Osmar Matiola, a senhora Nadir Peixer e senhora Edna Correa Batistotti, membros da Secretaria de Educação e do Fórum Estadual de Educação. A senhora Elza informou que deseja, como coordenadora do Fórum, criar uma articulação com a ALESC já que o presidente da Comissão de Educação é membro do Fórum Estadual de Educação, e que vem se fazendo representar nas reuniões pela suplente Deputada Luciane Carminatti. A senhora Elza, informou que o fórum foi institucionalizado no mês de novembro de 2012, sendo composto de 34 instituições, governamentais e não governamentais, e que tem como objetivo criar um espaço para discussões de grandes temáticas e das políticas de educação de Santa Catarina. A coordenação do fórum tem trabalhado de uma forma bem articulada com todos os membros, porém sentia necessidade de conversar com os deputados, no sentido de fazerem uma mobilização, para gerar impacto na sociedade e nas mídias a respeito do Fórum, para isso decidiu-se fazer o lançamento da Conferência Nacional de Educação/CONAE Estadual na ALESC, caso seja possível, devido ao grande suporte que a mesma possui. O Fórum tem três responsabilidades de trabalho, a primeira é coordenar a criação de fóruns e planos municipais de educação; segundo, coordenar e fazer acontecer à Conferência Estadual de educação e as Conferências Municipais de Educação, para preparar Santa Catarina para participar da Conferência Nacional de Educação, que será realizada em janeiro ou fevereiro de 2014. E por último, cabe ao Fórum criar um espaço para elaboração e agilização do Plano Estadual de Educação. Finalizou sua fala dizendo que é fundamental a parceria do Fórum com a Comissão de Educação para a realização da Conferência Estadual de Educação, e que encaminhará um ofício com a data da realização da Conferência. Retomando a palavra, o *Presidente Antônio Aguiar* afirmou que a Comissão está à disposição para trabalhar em parceria, em prol da educação e fazer com que a educação atinja índices melhores para os alunos. Agradeceu a presença da senhora *Elza Moretto* e a mesma retribuiu o agradecimento dizendo que o Fórum irá ajudar no Pacto por Santa Catarina, melhorando a qualidade da educação, e para isso o fórum tem que ser permanente e não esporádico. Solicitando a palavra, o *Deputado Chiodini* destacou a importância da Comissão para a sociedade e parabenizou o Deputado Aguiar pela presidência. Posteriormente, assumiu a palavra a *Deputada Luciane Carminatti* que se pronunciou sobre dois projetos que pediu vistas, já que tratam sobre a inclusão de disciplinas no currículo escolar. Um deles é sobre a inclusão de estudo do negro na formação socioeconômica e cultural brasileira, PL./0185.3/0211, e outro sobre a inclusão no currículo de conteúdos relacionados às leis, normas e convenções trabalhistas, tratados internacionais, prevenção de riscos profissionais, segurança e saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho, PL./00354.2/2012. Enfatizou que é preciso aprofundá-los, pois antes de aprová-los é preciso pensar num aparato de suporte nas escolas e o impacto que isso representa na formação dos professores. A seguir o Presidente passou a palavra para a *senhora Zelaide Souza Philippi*, Juíza do Trabalho, que agradeceu o convite para participar da reunião e informar que os problemas que está vivenciando no município de Criciúma, alertando para a necessidade de se buscar formas de prevenção a problemas semelhantes no futuro. A juíza relatou que há um ano o Colégio Energia, da cidade de Tubarão, encerrou suas atividades devido a uma ação de despejo motivada pela falta de pagamento de aluguel, por pelo menos três anos. Com isso, descobriu-se que a instituição não recolhia o FGTS e a contribuição previdenciária de seus empregados. Com o encerramento das atividades, nenhum funcionário recebeu verbas rescisórias, levando-os a entrarem na justiça com ações trabalhistas, que correspondem atualmente, a aproximadamente 170 ações. A juíza relatou que o Poder Judiciário está de mãos atadas porque o colégio não tinha patrimônio que pudesse ser vendido para pagar a dívida que está em R\$ 6 milhões de reais. A única solução encontrada para o pagamento de algumas dívidas foi a venda de bens de consumo, como cadeiras, carteiras, quadros e outros objetos, totalizando R\$ 140 mil reais. Segundo a juíza a cidade foi duramente atingida, com muitos professores desempregados e 1,5 mil alunos desamparados, sem nenhuma documentação escolar para fazer matrícula em outra instituição, e nem colégio próximo para atender tantos alunos. O Ministério Público interveio e garantiu a matrícula em outros estabelecimentos escolares para os alunos da escola fechada, mesmo sem a documentação exigida. Outro problema enfrentado foi o fato de alguns pais terem passado cheques pré-datados para pagamento de mensalidades e os cheques terem sido repassados para terceiros. Finalizando a fala, a Juíza solicitou ajuda da Comissão de Educação e da Secretaria de Estado da Educação no sentido de estudar mecanismos de fiscalização para evitar que problemas como este se repitam. Solicitando a palavra, a *Secretária Adjunta Elza Moretto* disse que a Secretaria de Estado não tem como gerir e controlar as escolas particulares, pois esta função pertence ao Conselho Estadual de Educação/CEE, e passou a palavra ao senhor

Gilberto Luiz Agnolin, que também é membro do Conselho Estadual de Educação. O *senhor Gilberto Luiz Agnolin* disse que do ponto de vista pedagógico o CEE pode e está dando apoio e que todas as providências já foram tomadas. Com relação ao patrimônio, o Conselho não tem como atuar, pois não compete ao órgão fiscalizar com essa abrangência. Solicitando a palavra, a *Deputada Luciane* questionou sobre o que fazer diante desse problema para que não ocorram outros parecidos. Enfatizou que é preciso discutir com o CEE para regulamentar melhorar as autorizações de funcionamento das escolas. Sugeriu que se faça um estudo da legislação junto ao CEE para que erros deste tipo não ocorram mais. Pedindo a palavra, o *Deputado Chiodini* falou que o que se pode fazer em termos de regulação é fazer as escolas apresentarem semestralmente certidões negativas. Sugeriu ainda, a convocação do presidente do CEE para falar sobre isso. Em seguida, passou a palavra para o *Deputado Silvio Dreveck*, que informou que as empresas privadas são obrigadas a apresentar negativas de FGTS e que para as escolas não há essa cobrança, mas se houvesse, provavelmente, não haveria problemas com este. Retomando a palavra, o *Presidente* disse que chamará o presidente do CEE para a próxima reunião da Comissão, a fim de que se esclarecer os critérios exigidos para a liberação de funcionamento e as formas de fiscalização das escolas particulares no Estado. Posteriormente, enfatizou que a próxima reunião se dará em quinze dias. Agradeceu a presença dos visitantes e dos demais membros e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala da Imprensa, em 12 de março de 2013.

Deputado Antônio Aguiar
Presidente
*** X X X ***

AVISOS DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, §2º, da Lei 12.232/10, convoca a todos os interessados para a sessão pública que será realizada no dia 25/03/2013 na Diretoria de Comunicação Social às 14h, com vistas à coleta de orçamentos de serviços de consultoria especializada em serviços de comunicação para acompanhamento de discurso e postura, monitoramento e acompanhamento de agenda de comunicação social da Presidência e da Diretoria de Comunicação, bem como, a análise da repercussão das decisões tomadas pelo poder Legislativo e respectivas indicações de posicionamento e ações que serão realizados por conta do contrato nº 094 celebrado com a MARCCA Comunicação. Florianópolis, 18 de Março de 2013.

André Fretta May
Diretor de Comunicação Social
*** X X X ***

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, §2º, da Lei 12.232/10, convoca a todos os interessados para a sessão pública que será realizada no dia 25/03/2013 na Diretoria de Comunicação Social às 14:30h, com vistas à coleta de orçamentos de serviços de Pesquisa quantitativa para avaliação da(o): Imagem da instituição junto a três diferentes faixas etárias (jovens, adultos e idosos). Expectativas e anseios dos cidadãos catarinense com relação ao trabalho dos Deputados. Entrega editorial/ programação dos veículos de comunicação da instituição (TVAL, Rádio Digital, Agência AL). Recall de campanhas publicitárias da instituição. Lembrança (amnésia eleitoral) da opção de voto para Deputado nas últimas eleições e qual o meio de comunicação utilizado para colher informação acerca do parlamentar. Pesquisa de opinião para: Avaliar como o parlamento catarinense deve ser em 2013. Considerando o público: cidadão catarinense, deputados, servidores e especialistas. Clima organizacional dos servidores efetivos da instituição. Avaliar a prioridade entre os principais temas de interesse da população (saúde, educação, segurança, transporte, etc) Avaliar a relevância das leis aprovadas pelo parlamento e a influência na vida do cidadão catarinense. Avaliar a preferência do cidadão na obtenção de informações acerca do parlamento, nos diferentes canais de comunicação (TV, JN, RD, Internet (blogs, sites, redes sociais, etc...)) que serão realizados por conta do contrato nº 094 celebrado com a MARCCA Comunicação. Florianópolis, 18 de Março de 2013.

André Fretta May
Diretor de Comunicação Social
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 831, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOSÉ JAIR DA SILVA**, matrícula nº 6981, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de março de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 832, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ALZIRÂNGELA BONFANTE CALDAS**, matrícula nº 7042, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de março de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 833, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
6811	ANE CAROLINE SCHEFFER	08	18/02/13	0457/2013
1741	BERTILO BORBA	30	19/02/13	0458/2013
2030	GILSON RIBEIRO	90	04/02/13	0459/2013
5183	TATIANA CRISTINA BERNARDO	15	18/02/13	0461/2013
2050	CLARICE GOMES DE FARIA	45	25/02/13	0463/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 834, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2106	ANA MARIA BAGGIO DA SILVA	30	01/02/13	0456/2013
1409	MARTHA FERNANDEZ GONZAGA CURIAL	30	04/03/13	0460/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 835, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0455/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **JOSIANE BENEVENUTE**, matrícula nº 5347, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 05 de março de 2013.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 836, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Gab. Dep. Gelson Merisio

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6870	CEZAR LUIZ PICHETTI FILHO	CONCÓRDIA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 837, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Gab. Dep. Luiz Eduardo Chereim

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6781	KAMILLA KAROLINE LOPES	JOSÉ BOITEUX

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 838, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CARLOS VINICIUS LANNES DUERING, matrícula nº 2607, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-84, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 6 de março de 2013 (Gab Dep Volnei Morastoni), **TORNANDO SEM EFEITO** a Portaria nº 708, de 07/03/2013 e as Portarias nºs 815 e 816, de 18/03/2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 839, de 19 de março de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ARGILIO MELLO ALVES**, matrícula nº 1962, na DRH - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal, a contar de 19 de março de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 041.0/13

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios disporem em local único, específico e com destaque os produtos destinados aos indivíduos celíacos, diabéticos, com intolerância à lactose e vegetarianos.

Art. 1º Os supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares que comercializam produtos alimentícios ficam obrigados a disponibilizar em local único, específico e com destaque os produtos

destinados aos indivíduos celíacos, diabéticos, com intolerância à lactose e vegetarianos.

Art. 2º Considera-se como local específico aquele designado exclusivamente para a oferta dos produtos de que trata esta lei, sendo um setor do estabelecimento, um corredor, uma gôndola, uma prateleira ou um quiosque.

Art. 3º Os produtos alimentícios destinados aos indivíduos celíacos tratados nesta lei referem-se aos especialmente elaborados sem adição de glúten.

Parágrafo único. O local específico será destacado com o aviso: "Produtos que não contém glúten indicados para celíacos".

Art. 4º Os produtos alimentícios destinados aos indivíduos diabéticos tratados nesta lei referem-se aos especialmente elaborados sem adição de açúcar.

Parágrafo único. O local específico será destacado com o aviso: "Produtos sem adição de açúcar indicados para diabéticos".

Art. 5º Os produtos alimentícios destinados aos indivíduos com intolerância à lactose tratados nesta lei referem-se aos especialmente elaborados sem adição de lactose.

Parágrafo único. O local específico será destacado com o aviso: "Produtos indicados aos indivíduos que possuem intolerância à lactose".

Art. 6º Os produtos alimentícios destinados aos indivíduos vegetarianos tratados nesta lei referem-se aos que possuem identificação própria para indicar produtos orgânicos que dispensam carne, ovos, mel, leite e seus derivados.

Parágrafo único. O local específico será destacado com o aviso: "Produtos indicados para vegetarianos".

Art. 7º A infração às disposições da presente lei acarretará ao responsável infrator a imposição de pena de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dobrada em caso de reincidência, observadas a gravidade da infração, o porte econômico do infrator, a sua conduta e o resultado produzido, de acordo com os critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

Art. 8º Os estabelecimentos definidos no art. 1º deverão adaptar-se ao disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 19/03/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo facilitar o acesso dos indivíduos portadores de restrições nutricionais (celíacos, diabéticos e intolerantes à lactose) ou que optam por uma alimentação diferenciada (vegetarianos) aos produtos alimentícios elaborados especialmente para estas necessidades.

A legislação brasileira já vem realizando progressos em direção à garantia destes direitos. Cite-se: Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária nº 27/1998, que aprova o regulamento técnico referente à informação nutricional complementar; Portaria da ANVISA nº 29/1998, que aprova o regulamento técnico referente aos alimentos para fins especiais; Lei Federal nº 10.674/2003, que obriga que nos produtos alimentícios comercializados seja informado sobre a presença de glúten como medida preventiva e de controle da doença celíaca; Lei Federal nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN para assegurar o direito à alimentação adequada.

A forma de apresentação dos produtos elaborados especialmente para atender restrições nutricionais e alimentação adequada está relacionada com a competência concorrente do Estado para legislar sobre consumo, proteção e defesa da saúde, de acordo com o art. 24, inc. V e XII, da Constituição da República. Leis de matéria similares foram recentemente aprovadas nos estados do Paraná (Lei nº 16.496/2010) e Espírito Santo (Lei nº 9.788/2012). Tramitam projetos semelhantes no Rio de Janeiro (PL 1826/2012) e em São Paulo (PL nº 491/2012). A presente redação pretende, além de beneficiar os portadores de restrição nutricional, contemplar os vegetarianos, em respeito a sua opção e estímulo à alimentação adequada.

Esta proposição garantirá que os indivíduos portadores de restrições nutricionais (celíacos, diabéticos e intolerantes à lactose) ou que optam por uma alimentação diferenciada (vegetarianos) possam ter mais facilidade no acesso aos produtos alimentícios elaborados especialmente para estas necessidades. Por todo o exposto, peço o apoio dos colegas parlamentares para a aprovação desta matéria.

Deputado Kennedy Nunes

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 042/13

Dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da Secretaria Estadual de Saúde, informar ao Juizado da Infância, da Juventude, e do Idoso, ocorrência que envolva Adolescente ou Idoso com indicio de maus tratos.

Art. 1º O funcionário da Secretaria Estadual de Saúde, no exercício de sua função, que detectar indicio de maus tratos, em crianças, adolescente ou idoso, fica obrigado a informar a direção do órgão de sua atuação, para que através de ofício, imediatamente, comunique a Vara da Infância, do adolescente e do idoso.

Parágrafo Único - O ofício de informação dirigido a Vara da Infância, do adolescente, e do idoso, deverá conter as seguintes informações:

I - Nome completo do menor ou idoso e qualificação se possível;

II - Qualificação do acompanhante no momento do atendimento;

III - Cópia completa do boletim de atendimento com os respectivos procedimentos adotados

Art. 2º - O servidor que não cumprir o que determina esta Lei ficará sujeito as penalidades contidas no Estatuto do Servidor Público Estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 19/03/13

JUSTIFICATIVA

Atualmente esta cada vez mais comum assistirmos na nossa sociedade barbáries cometidas contra crianças e idosos, que muitas das vezes passam por desapercibidos pelas nossas autoridades, esta Lei é para tentar garantir que criminosos não fiquem impune, pois a Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso do Estado do Rio de Janeiro vem atuando de forma exemplar nos casos de maus tratos a criança e ao idoso.

Através do médico ou funcionário da Secretaria de Saúde, que presta atendimento direto a esse público, tem o dever de informar para que a autoridade competente tenha conhecimento de um possível crime monstruoso e tome as providências cabíveis.

Para melhor fundamentar a justificativa, transcrevo abaixo parte da ata da ASSEMBLÉIA DA ONU:

Ações propostas e adotadas pela Assembleia da Organização das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1959 e ratificadas pelo Brasil.

Ações propostas e adotadas pela Assembleia da Organização das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificadas pelo Brasil.

PRÉAMBULO

VISTO que os povos da Nações Unidas, na Carta, reafirmaram sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano, e resolveram promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla,

VISTO que a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento,

VISTO que a necessidade de tal proteção foi enunciada na Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, de 1924, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos estatutos das agências especializadas e organizações internacionais interessadas no bem-estar da criança,

Visto que a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços,

ASSIM, A ASSEMBLÉIA GERAL

PROCLAMA esta Declaração dos Direitos da Criança, visando que a criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciados e apela a que os pais, os homens e as mulheres em sua qualidade de indivíduos, e as organizações voluntárias, as autoridades locais e os Governos nacionais reconheçam este direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza, progressivamente instituídas, de conformidade com os seguintes princípios:

PRINCÍPIO 1º

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

PRINCÍPIO 2º

A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal, em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança.

PRINCÍPIO 3º

A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

PRINCÍPIO 4º

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.

PRINCÍPIO 10º

A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

Deputado Kennedy Nunes

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 043.1/13

Dispõe sobre a criação da Semana Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher e dá outras providências.

Art. 1º É instituída a Semana Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher, que será comemorada na última semana do mês de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 19/03/13

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres pares a proposição legislativa em epígrafe, que dispõe sobre a criação da Semana Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher ser comemorada na última semana de novembro.

A violência contra a mulher é um dos graves problemas sociais que ainda persistem e os dados oficiais são alarmantes. O fenômeno ocorre diariamente nas cidades brasileiras, estando o agressor na maioria das vezes bem próximo, na esfera doméstica, tratando-se em alguns casos do próprio companheiro, marido, namorado.

Uma pesquisa realizada pelo Data Senado, concluiu que apenas 40% (quarenta por cento) das mulheres denunciam o agressor. Em cada 100 mulheres brasileiras, 15 vivem ou já viveram algum tipo de violência.

Com o advento da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), o número de denúncias aumentou, no entanto, ainda existe grande resistência quanto ao reconhecimento desses atos de violência pela mulher, principalmente pela vítima encontrar-se em situação de dependência econômica e/ou emocional do seu agressor. A lei representa um grande avanço na medida em que estabelece procedimentos mais ágeis e medidas de assistência social para a mulher que está em situação de violência e risco de vida, determinando penas mais rigorosas para o agressor, inclusive que seja preso em flagrante ou tenha sua prisão preventiva decretada.

Assim, a proposta em tela, objetiva criar mais um instrumento ou um espaço que poderá propiciar uma semana de atividades com palestras, debates, seminários, dentre outros eventos, visando o esclarecimento e a conscientização da sociedade sobre a violação dos direitos das mulheres.

Não podemos banalizar a violência contra a mulher, ela está dentro das famílias brasileiras. Para tanto é imprescindível a realização de campanhas para esclarecimento e conscientização, com o objetivo de que as mulheres submetidas a qualquer tipo de violência doméstica, tornem públicas essas agressões.

Deputada Angela Albino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 044.2/13

Altera a LEI Nº 7.230, de 03 de maio de 1988, de utilidade pública a Sociedade Cultural de Apoio à Mulher - SOCAM, com sede na cidade de Araranguá e foro na Comarca de Araranguá.

Art. 1º A Lei nº 7.230, de 03 de maio de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Cultural de Apoio à Mulher (ACAM), de Araranguá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural de Apoio à Mulher, com sede no município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 19/03/13

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 7.230, de 03 de maio de 1988, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Joares Ponticelli

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0045.3/2013

Denomina Rodovia Moacir Coradi o trecho da Rodovia SC-355 compreendido entre o município de Jaborá e a BR-153.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Moacir Coradi o trecho da Rodovia SC-355, compreendido entre o município de Jaborá e a BR-153.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 19/03/13

JUSTIFICATIVA

BREVE “CURRICULUM VITAE”

MOACIR CORADI nasceu em 22 de março de 1956, na localidade de Castelhanos, Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, filho de Evaristo Coradi e Olga Teresinha Matana Coradi.

Em 30 de julho de 1977 casou-se com Ivone Maria Pretto Coradi em Linha Castelhanos, Jaborá - SC. Após o casamento foi residir em Concórdia, onde foi trabalhar no Banco Bradesco do Município de Concórdia - SC e, em 1979, como bancário, foi transferido para trabalhar no Município de Tauá - CE, onde residiu por apenas nove meses. Em 1980 voltou para Santa Catarina, mais precisamente para o Município de Seara, onde gerenciou a Casa do Agricultor, na época o maior estabelecimento agropecuário do Alto Uruguai Catarinense. Em 1982, aos 26 anos, foi candidato a Vice-Prefeito de Seara pelo PMDB. Em 1983, foi transferido para a matriz da Casa do Agricultor no Município de Concórdia.

Do casamento com Ivone Maria Pretto Coradi, teve três filhos: Marciano Coradi, Emanuele Coradi e Moacir Coradi Junior.

De fevereiro de 1984 a dezembro de 1988 exerceu os cargos de Diretor Municipal de Transportes e Diretor Municipal de Urbanismo e Obras Públicas no Município de Concórdia.

Em de abril de 1989 inicia suas atividades na CASAN de Concórdia, desligando-se da mesma somente em 01 de março de 1994, tendo sido Gerente Regional da CASAN de Concórdia no período de 1990 a 1991.

De março de 1994 a fevereiro de 1996 exerceu a função de Diretor de Urbanismo e Obras da Prefeitura de Concórdia. E março de 1996 assumiu o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo e Obras do mesmo Município, onde obteve como sua principal marca a construção do Kartódromo Regional de Concórdia e o Calçadão da Rua do Comércio, hoje cartões postais do referido Município.

De janeiro de 1997 a fevereiro de 1999 assumiu as Diretorias do Meio Ambiente e a Diretoria dos Transportes e, de março de 1999 a dezembro de 2000, assumiu o cargo de Secretário Municipal de Transportes do Município de Concórdia.

Desempenhou também as funções de Presidente da Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Deodoro - APP em 1992, além de ter atuado como voluntário em outras entidades do Município de Concórdia.

Moacir Coradi faleceu em 07 de setembro de 2003, aos 47 anos. Foi sepultado no cemitério Municipal de Concórdia em 08 de setembro de 2003, sob grande comoção popular, por ter sido um homem público que sempre prezou pela seriedade e ética no desempenho de suas funções.

Por ter nascido, residido, casado e estudado na Comunidade de Castelhanos, Município de Jaborá, onde passa a Rodovia SC-355, e por ter sido uma pessoa de renome nos Municípios de Jaborá e Concórdia, nada mais justo do que prestar esta grande homenagem.

Por esta razão, o presente projeto visa reconhecer o carinho e a admiração da população de Jaborá e Concórdia, prestando esta honrosa e merecida homenagem à família Coradi, que tão bem souberam escrever a história da região e desta rodovia, engrandecendo ainda mais o legado do povo Catarinense.

Por essas razões, nobres pares, peço a colaboração para a aprovação do presente projeto.

Deputado Marcos Vieira

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 017/2013

Altera a Lei nº 8.282, de 1991, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São Francisco de Assis, de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 8.282, de 17 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Ação Social São Francisco de Assis, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social São Francisco de Assis, com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 019/2012

Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Dia de Combate à Intolerância Religiosa, a ser comemorado, anualmente, em 29 de agosto.

Art. 2º O Dia de Combate à Intolerância Religiosa tem a finalidade de promover a conscientização da população contra todas as práticas de discriminação e intolerância contra quaisquer religiões, sejam elas praticadas pelo Estado, demais instituições, grupos ou indivíduos.

Art. 3º Como parte das atividades concernentes ao Dia de Combate à Intolerância Religiosa, o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio dos órgãos competentes, publicará materiais e promoverá debates e outros eventos, nas escolas estaduais e/ou órgãos públicos, acerca do tema.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplen tadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 038/2011

Padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Todo sistema de fiscalização de trânsito por meio mecânico, eletrônico ou fotográfico, que tenha como fato gerador o controle da velocidade de todos os veículos de transporte em rodovias e estradas estaduais e municipais, deverá padronizar o limite de velocidade máxima permitida em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).

§ 1º A velocidade máxima permitida, definida no *caput* deste artigo, deverá ser indicada por sinalização vertical e horizontal nos padrões previstos no Código Nacional de Trânsito.

§ 2º A sinalização, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser colocada ao longo da via fiscalizada, observada a engenharia de tráfego e, obrigatoriamente, respeitar os espaçamentos mínimos de 300 m (trezentos metros) entre cada equipamento de fiscalização, mantendo o usuário permanentemente informado.

Art. 2º Os órgãos e entidades de trânsito com circunscrição sobre as rodovias e estradas estaduais e municipais têm prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, para adequar-se ao presente ordenamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 141/2011

Determina a inserção de mensagem nas faturas dos serviços e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica inserida nas faturas de serviços de água, luz e telefone no Estado de Santa Catarina, a mensagem “DIGA NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - denuncie - ligue 180”.

Parágrafo único. A mensagem referida no *caput* será impressa de forma legível e em local de fácil visualização aos contribuintes.

Art. 2º Esta Lei poderá ser regulamentada para sua fiel execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0326.9/2012

O art. 3º do Projeto de Lei nº 0326.9/2012 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º A inobservância do previsto no art. 1º

sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência verbal pelo condutor; e

II - desembarque compulsório pelo condutor ou autoridade policial.”

Sala da Comissão,

Deputado Volnei Morastoni

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 12/03/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 13/03/13

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 326/2012

Dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo alto-falante dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo alto-falante dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Aplicam-se as disposições desta Lei aos aparelhos de telefonia celular e similares que disponham de sistema de amplificação de som.

§ 2º Excluem-se das disposições previstas nesta Lei:

I - a utilização silenciosa de tocadores de áudio e outros equipamentos similares; e

II - a reprodução de música leve e em volume baixo, no sistema de som dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal.

Art. 2º É obrigatória a afixação, por parte da concessionária ou permissionária do sistema de transporte coletivo intermunicipal, em tamanho visível, no interior de todos os veículos, de sinalização adequada e avisos a respeito da proibição estabelecida no art. 1º desta Lei.

Art. 3º A inobservância do previsto no art. 1º desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência verbal pelo condutor; e

II - desembarque compulsório pelo condutor ou autoridade policial.

Art. 4º As concessionárias e permissionárias do sistema de transporte coletivo intermunicipal ficam responsáveis pela fiscalização da aplicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º As empresas a que se refere esta Lei terão 90 (noventa) dias, a contar da regulamentação, para se adaptarem às suas disposições.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo referido no *caput*, as concessionárias ou permissionárias do sistema de transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a afixar cartazes educativos no interior de todos os veículos, por 90 (noventa) dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 327/2012

Dispõe sobre a expedição de Carteira de Identidade aos portadores de deficiência visual no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A expedição das Carteiras de Identidade poderão conter foto com óculos, com a frase impressa: "Deficiente Visual".

Art. 2º Os interessados deverão requerer a Carteira de Identidade com foto portando óculos e comprovar, via atestado médico, a deficiência visual.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Segurança Pública, Instituto Estadual de Identificação, poderá manter em seus cadastros a foto original, sem óculos.

Parágrafo único. As medidas das lentes, que poderão ser escuras, não poderão ser superiores a 6,5cm x 4cm.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 338/2012

Altera a Lei nº 15.390, de 2010, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.390, de 21 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 6º O benefício será devido aos que comprovarem renda de até 75% (setenta e cinco por cento) do salário-mínimo por membro da família." (NR)

Art. 2º Os benefícios requeridos até a publicação desta Lei reger-se-ão pela redação anterior da Lei nº 15.390, de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0376.8/2012

O art. 3º do Projeto de Lei nº 0376.8/2012 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º Durante a Semana Estadual da Consciência Negra poderão ser ministrados seminários, aulas, palestras, concursos, ações de valorização à diversidade **étnico-cultural**, à consciência do valor histórico da população negra, para formação do Estado a promoção da igualdade de oportunidades e ao combate ao preconceito e discriminação racial."

Sala das Sessões,
Deputado Serafim Venzon

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão 12/03/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão 13/03/13

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 376/2012

Cria a Semana Estadual da Consciência Negra no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina, a Semana Estadual da Consciência Negra.

Parágrafo único. A Semana Estadual da Consciência Negra será comemorada, anualmente, no período de 18 a 24 de novembro.

Art. 2º O Poder Executivo, através da Coordenadoria Estadual da Igualdade Racial, poderá criar programas comemorativos ao evento.

Art. 3º Durante a Semana Estadual da Consciência Negra poderão ser ministrados seminários, aulas, palestras, concursos, ações de valorização da diversidade étnico-cultural, da consciência do valor histórico da população negra para a formação do Estado, a promoção da igualdade de oportunidades e o combate ao preconceito e à discriminação racial.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 397/2012

Altera a Lei nº 6.666, de 1985, que declara de utilidade pública o Mutirão do Amor - Sociedade Beneficente, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 6.666, de 19 de outubro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Mutirão do Amor - Associação Beneficente, de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Mutirão do Amor - Associação Beneficente, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2013

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para os trabalhadores:

.....

II - R\$ 793,00 (setecentos e noventa e três reais) para os trabalhadores:

.....

III - R\$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais) para os trabalhadores:

.....

IV - R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais) para os trabalhadores:

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de março de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, nos termos do inciso III, do Artigo 52, do Regimento Interno da ALESC, REQUER licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, no período compreendido entre os dias 18 e 22 de março de 2013.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2013.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 19/03/13

*** X X X ***